

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 44: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 2010-2019

Ano	Rio de Janeiro				Brasil		Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto em R\$ 1.000.000	
	Em R\$1.000.000	Índice 2010=100	Variação anual (%)				
2010	449.858	100,0	-	15.993.583	28.127	3.885.847	11,6
2011	512.788	102,6	2,6	16.112.678	31.824	4.376.382	11,7
2012	574.885	104,7	2,0	16.231.365	35.418	4.814.760	11,9
2013	628.226	106,1	1,3	16.369.179	38.379	5.331.619	11,8
2014	671.077	107,7	1,5	16.461.173	40.767	5.778.953	11,6
2015	659.139	104,7	-2,8	16.550.024	39.827	5.995.787	11,0
2016	640.401	100,1	-4,4	16.635.996	38.495	6.269.328	10,2
2017	671.606	98,5	-1,6	16.718.956	40.155	6.585.479	10,2
2018	758.859	99,5	1,0	17.159.960	44.223	7.004.141	10,8
2019	779.928	100,0	0,5	17.483.349	45.174	7.389.131	10,6

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj
 Nota: Base 2010 = 100

O PIB *per capita* em 2019 foi de R\$ 45.174,08 no Estado do Rio de Janeiro, mantendo-se como o terceiro maior na federação, inferior apenas ao do Distrito Federal (R\$ 90.742,75) e ao de São Paulo (R\$ 51.140,82).

Evolução setorial

A tabela a seguir demonstra o desempenho dos subsetores na evolução do PIB RJ.

Tabela 45: Valor adicionado bruto a preço corrente, segundo as atividades econômicas, impostos e PIB Estado do Rio de Janeiro – 2018-2019

Atividades econômicas	Valores totais (1.000.000 R\$)		Participação (%)	
	2018	2019	2018	2019
Valor adicionado bruto total	630.433	661.054	100,00	100,00
AGROPECUÁRIA	2.967	3.031	0,5	0,5
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	1.380	1.363	0,2	0,2
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1.027	1.071	0,2	0,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	560	597	0,1	0,1
INDÚSTRIA	149.959	165.782	23,8	25,1
Indústrias extrativas	70.238	86.306	11,1	13,1
Indústrias de transformação	40.638	38.600	6,4	5,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	15.862	19.062	2,5	2,9
Construção	23.221	21.814	3,7	3,3
SERVIÇOS	477.507	492.240	75,7	74,5
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	64.575	63.566	10,2	9,6
Transporte, armazenagem e correio	34.426	37.336	5,5	5,6
Alojamento e alimentação	17.547	18.379	2,8	2,8
Informação e comunicação	27.862	25.106	4,4	3,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	32.079	31.860	5,1	4,8
Atividades imobiliárias	62.469	67.069	9,9	10,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	58.510	58.704	9,3	8,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	125.742	133.916	19,9	20,3
Educação e saúde privadas	32.915	34.124	5,2	5,2
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	12.959	14.211	2,1	2,1
Serviços domésticos	8.423	7.969	1,3	1,2
IMPOSTOS LÍQUIDOS SOBRE PRODUTOS	128.426	118.874	-	-
PIB a preços de mercado	758.859	779.928	-	-

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj

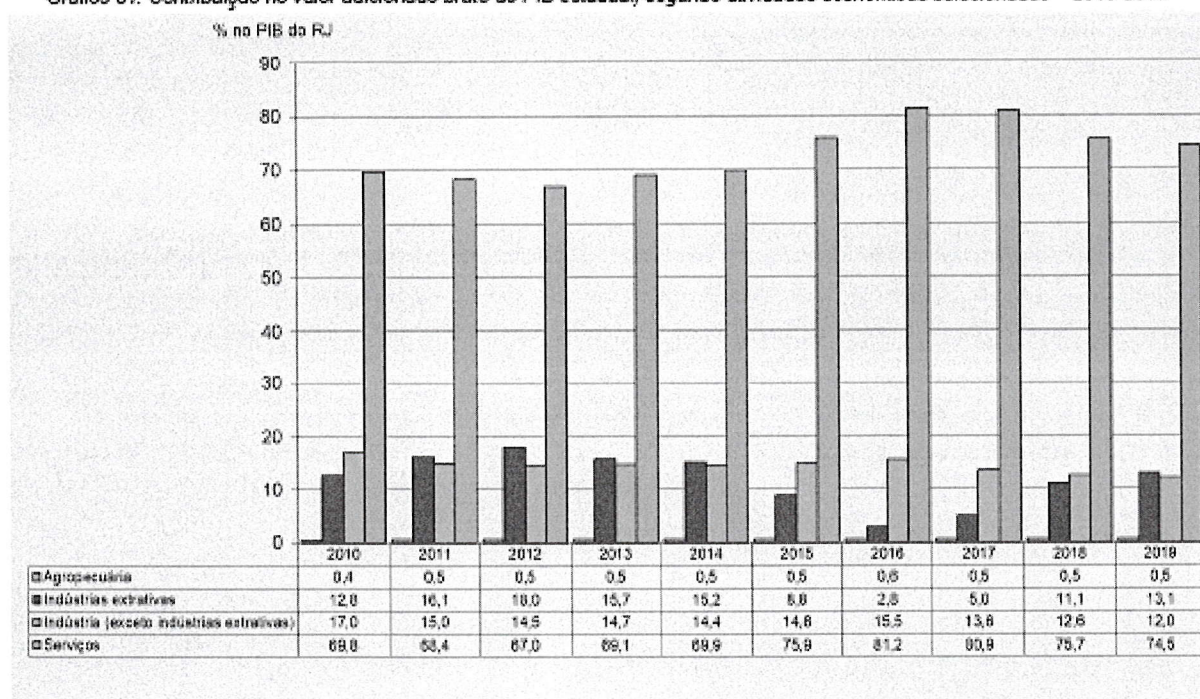
De 2018 para 2019, a agropecuária apresentou alta de 2,1%. O resultado foi influenciado, sobretudo, pelas altas nos índices de pecuária (4,2%) e produção florestal, pesca e agricultura (6,6%).

A indústria fluminense também apresentou variação de volume positiva em 2019, com aumento de 10,5%. O setor seguiu com a tendência de aumento na participação na economia do estado, passando de 23,8% em 2018 para 25,1% em 2019, devido às indústrias extrativas, que elevaram sua participação de 11,1% para 13,1%. As demais atividades registraram as seguintes variações em volume: -5,02% em indústria de transformação; 20,1% em eletricidade e gás, água esgoto, atividades de gestão de resíduo e descontaminação; e -6,06% em construção. Esta apresentou queda em volume pelo quinto ano consecutivo e perdeu 0,4% ponto percentual de participação em relação ao ano anterior, passando de 3,7% em 2018 para 3,3% em 2019.

Nos serviços, com 74,5% de participação no valor adicionado bruto do estado, houve crescimento em volume de 3,09% em 2019. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social teve variação de 6,5%. Informação e comunicação teve a maior queda entre as componentes do setor, com -9,8%. Atividades imobiliárias (7,3%) e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (9,6%) apresentaram crescimento.

O gráfico a seguir demonstra a evolução, desde 2010, da participação no PIB dos principais setores da economia, segregando a indústria extrativa (na cor vermelha) dos demais setores industriais (apresentados na cor laranja).

Gráfico 51: Contribuição no valor adicionado bruto do PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas – 2010-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceprj.

Ótica da renda

Nessa ótica, o PIB corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços (remuneração dos empregados + rendimento misto bruto + excedente operacional bruto) e os impostos, líquidos de subsídios, sobre produção e importação. No Rio de Janeiro, destacou-se o aumento do excedente operacional, atrelado ao aumento do valor adicionado nas indústrias extrativas.

Tabela 46: Componentes do PIB sob a ótica da renda – Estado do RJ – 2010-2019

PIB pela ótica da renda	Em valores correntes (1.000.000 R\$)									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor Adicionado (a)	379.412	436.280	489.621	534.960	579.339	656.399	542.133	563.487	630.433	661.054
Remuneração (b)	185.628	213.090	239.537	269.367	293.075	306.812	318.260	313.927	321.582	338.428
Salários	144.967	165.869	187.916	210.562	230.756	241.743	250.942	246.849	252.902	265.004
Contribuição social	40.662	47.221	51.621	58.805	62.320	65.069	67.318	67.077	68.680	73.424
Impostos sobre a produção (c)	75.213	81.585	91.058	99.753	98.769	110.099	105.650	116.003	137.859	128.272
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios (d)	70.446	76.486	85.254	93.266	91.738	102.740	98.259	108.118	126.426	118.874
Outros impostos sobre a produção líquidos de subsídios	4.767	5.097	5.795	6.487	7.031	7.359	7.392	7.885	9.433	9.398
Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto (RM) (e)	189.016	218.093	244.290	259.106	279.233	242.226	216.490	241.676	299.418	313.227
PIB - Ótica da Renda = (b + c + e)	449.858	512.768	574.885	628.226	671.077	659.139	640.401	671.606	758.859	779.928
PIB - Ótica Produção = (a + d)	449.858	512.768	574.885	628.226	671.077	659.139	640.401	671.606	758.859	779.928

Fontes: IBGE e Fundação Cepej

Estimativas para 2020

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan estimou uma queda de 3,8% na atividade econômica fluminense em 2020⁵⁸, o segundo pior desempenho da série histórica (em 2016, a retração da economia estadual chegou a 4,4%). Embora intensa, tal queda, fortemente influenciada pela Covid-19, foi inferior à registrada nacionalmente (-4,1%).

Segundo a Firjan, a economia fluminense caiu menos do que a nacional devido ao bom desempenho da indústria extrativa. O setor de óleo e gás foi o único a registrar crescimento, de 7%, em 2020. Por outro lado, a indústria de transformação e a construção civil tiveram retração de 7,2% e 5%, respectivamente. A indústria de transformação teve queda em diversos segmentos.

O setor de serviços, que responde por mais de 70% do PIB fluminense, teve queda de 4,8%.

Ao analisar as contas do chefe do Poder Executivo fluminense⁵⁹, a Secretaria-Geral de Controle Externo do TCE-RJ aponta que este cenário reflete a dependência econômica do setor de petróleo e gás natural, ratificando a necessidade do desenvolvimento de alternativas que diversifiquem e impulsionem a atividade econômica, como a exploração do potencial turístico, em face do conjunto de atividades atreladas a este setor, que inclui cultura, esporte, lazer e entretenimento.

58 - PIB fluminense tem queda de 3,8% em 2020 | Firjan.

59 - Processo nº 101.104-0/2021, disponível em <http://www.tce.rj.gov.br>.

A superação das adversidades oriundas do cenário atípico decorrente da pandemia do novo coronavírus deverá perpassar pela continuidade do suporte financeiro federal e pela renovação do Regime de Recuperação Fiscal. De acordo com o Conselho de Supervisão do RRF, a aplicação de medidas de caráter pontual e continuado constantes do Plano de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro resultou, de 2017 até 2020, em um ajuste de cerca de R\$ 25,59 bilhões, acumulando uma frustração de R\$ 7,34 bilhões em relação ao que havia sido inicialmente previsto para o período (R\$ 32,93 bilhões).

Em que pese o insucesso na implementação de algumas medidas previstas, o esforço empreendido pelo Estado do Rio de Janeiro, no curso de mais de três anos de RRF, ocasionou a melhora substancial de alguns indicadores fiscais, como o superávit primário de R\$ 2,4 bilhões em 2019 e R\$ 2,3 bilhões em 2020 (em 2016, verificou-se um déficit primário de R\$ 6,3 bilhões).

PIB regional e dos municípios

No contexto regional ou municipal, a metodologia para apuração do PIB apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança, ocorrida há alguns anos, também excluiu a separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios.

O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, é proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

Em virtude dessas restrições, o presente tópico evidenciará a evolução da agropecuária, da indústria, dos serviços e do PIB *per capita*, nos níveis municipal e regional, segregando, no setor de serviços, a administração pública.

Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE⁶⁰ referem-se a 2019. Em nível nacional, o Estado do Rio de Janeiro possui 10 municípios entre os 100 maiores produtos. Além da capital, que representou 4,80% do PIB brasileiro em 2019, mantendo o 2º lugar no *ranking* nacional, destacaram-se Niterói (18º lugar, com 0,63% de participação), Duque de Caxias (19º, com 0,61%), Maricá (22º, com 0,51%), Campos dos Goytacazes (33º, com 0,39%), São Gonçalo (57º, com 0,25%), Nova Iguaçu (60º, com 0,24%), Macaé (71º, com 0,20%), Petrópolis (83º, com 0,18%), e Cabo Frio (97º, com 0,16%).

Entre os 100 maiores PIB *per capita*, aparecem sete municípios fluminenses: Maricá (16º), São João da Barra (18º), Quissamã (33º), Itatiaia (38º), Porto Real (54º), Saquarema (58º) e Niterói (97º).

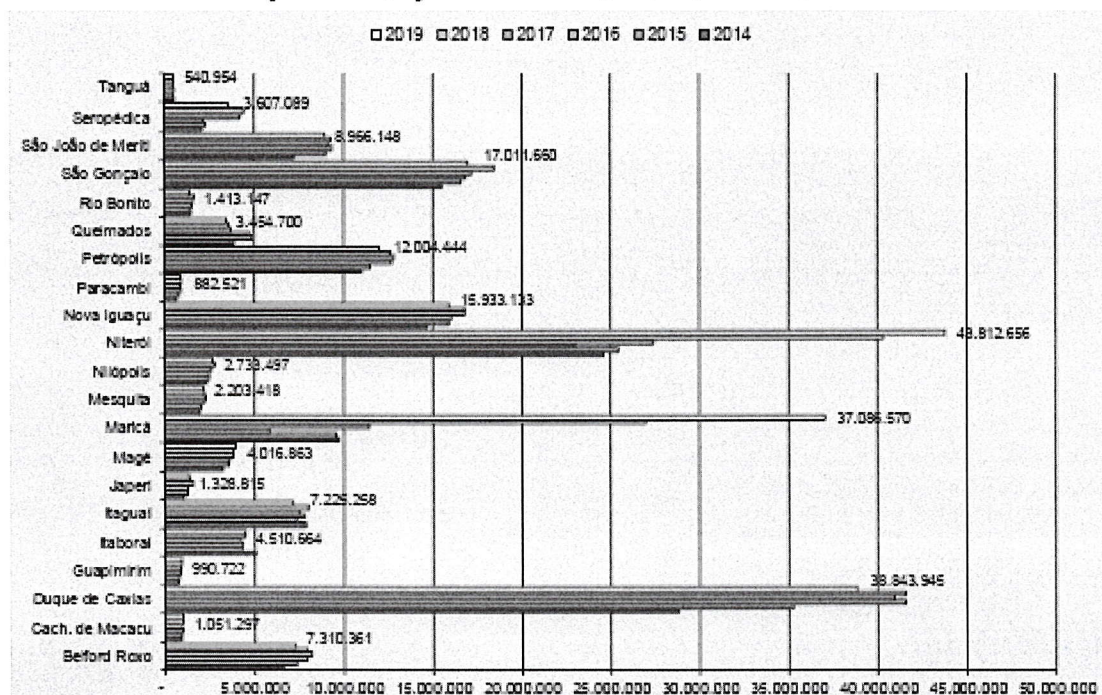
Os gráficos seguintes trazem a evolução do PIB dos municípios da Região Metropolitana⁶¹ no período de 2014 a 2019.

⁶⁰ - Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>.

⁶¹ - Petrópolis pertenceu à Região Serrana até 2018, passando então à Região Metropolitana.

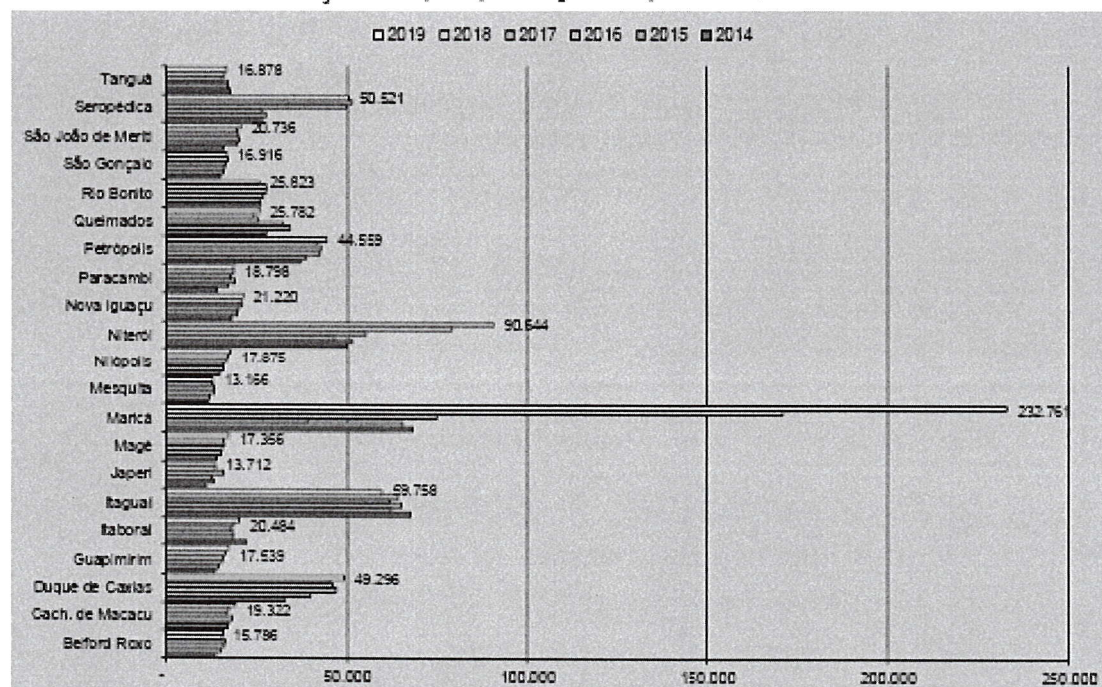
Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 52: Evolução do PIB a preços de mercado – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2014-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceperj.

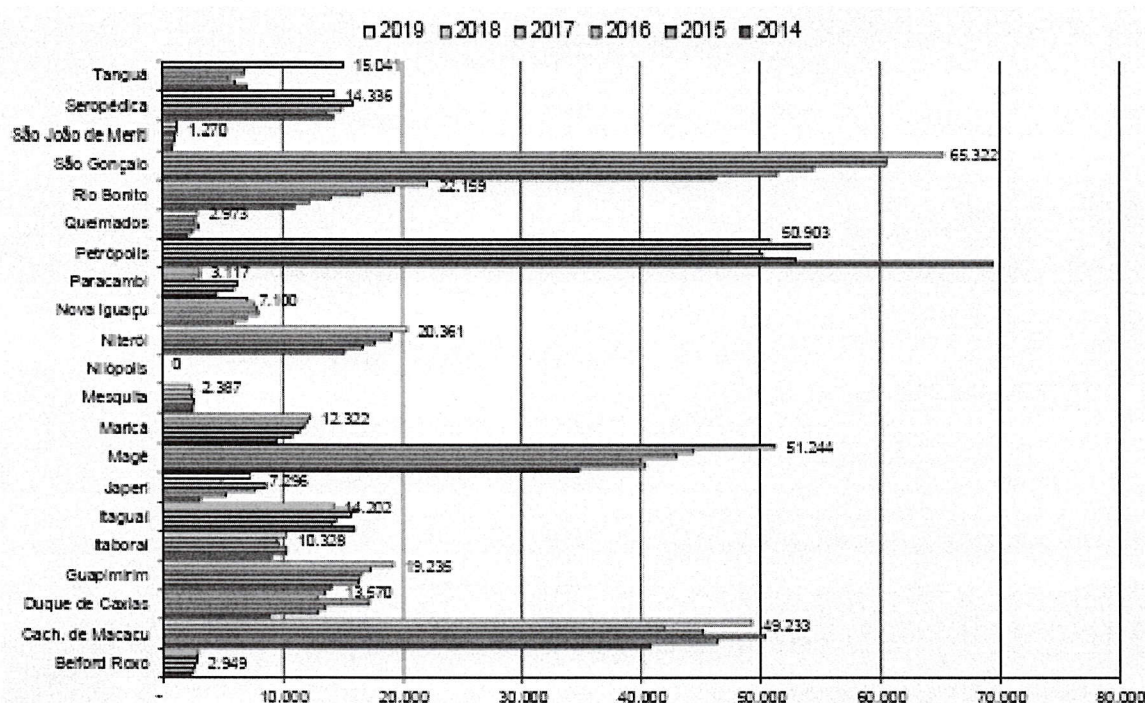
Gráfico 53: Evolução do PIB per capita – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2014-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceperj.

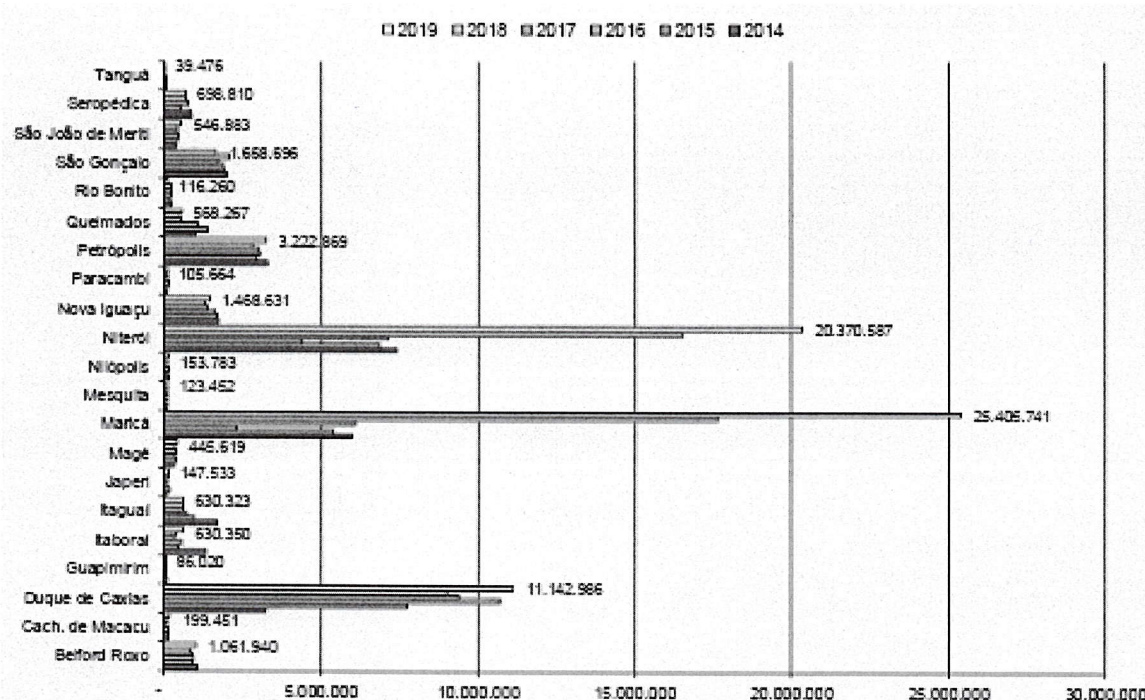
Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 54: Evolução do valor adicionado da agropecuária – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2014-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceperj.

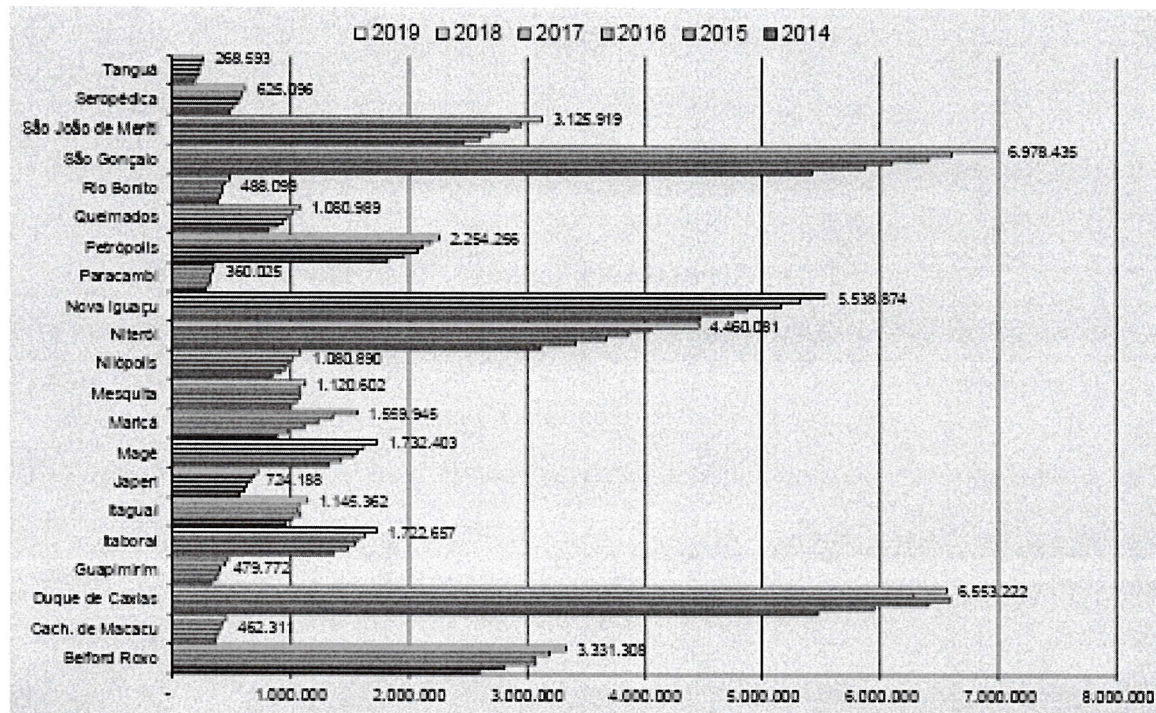
Gráfico 55: Evolução do valor adicionado da indústria – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2014-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceperj.

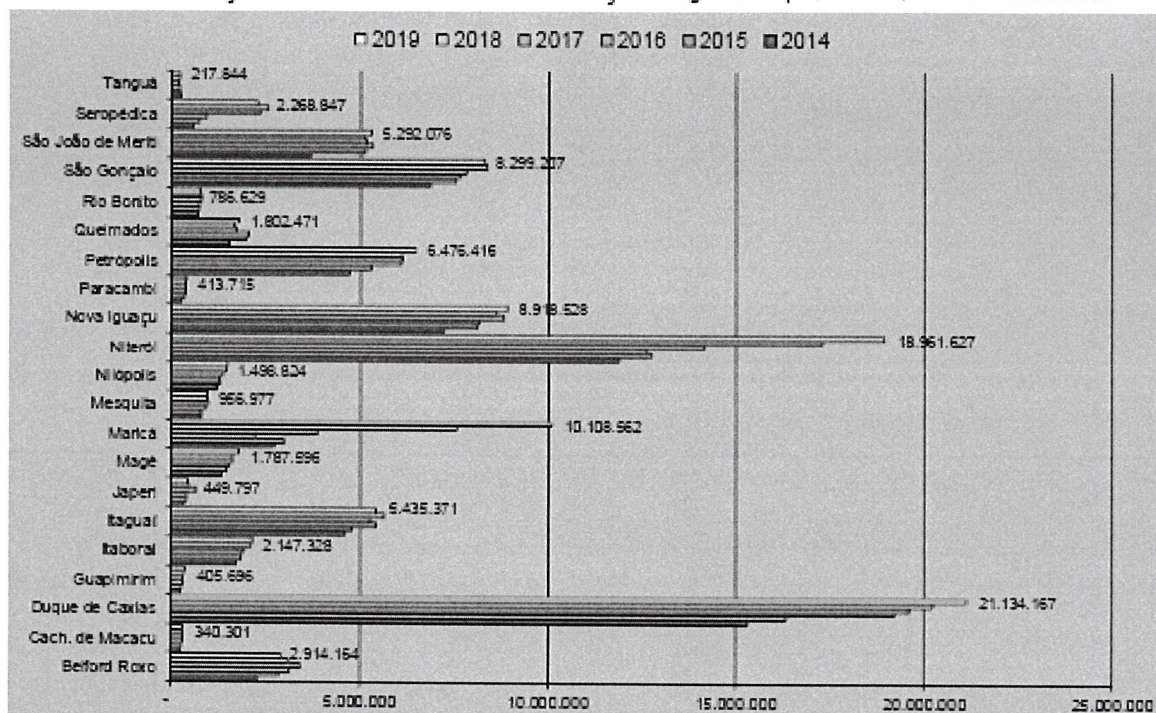
Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 56: Evolução do valor adicionado da adm. pública – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2014-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceperj.

Gráfico 57: Evolução do valor adicionado dos demais serviços – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2014-2019



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE e da Fundação Ceperj.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Em resumo, a tabela que se segue apresenta informações sobre a evolução da economia de Itaguaí frente aos demais municípios fluminenses, tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, *ranking* de PIB a preços de mercado e de PIB *per capita*:

Tabela 47: Aspectos da economia do município – 2014 a 2019

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2019 (em % e em R\$ mil)	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
Agropecuária	48	57	57	56	50	60	0,2%	14.202
Indústria	20	20	21	24	30	31	8,7%	630.323
Administração pública	21	21	22	22	22	21	15,9%	1.145.362
Demais serviços	10	10	9	9	10	10	75,2%	5.435.371
Total dos setores							100,0%	7.225.258
Impostos sobre produtos								723.625
PIB a preços de mercado	14	15	13	16	16	18		7.948.883
PIB <i>per capita</i>	14	12	7	8	12	13		59.758

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE.

Agropecuária – PPM e PAM

A Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM teve início em 1945. Suas informações eram levantadas pela rede de coleta do IBGE, cabendo ao Ministério da Agricultura a elaboração dos questionários, a apuração, a crítica e a divulgação dos resultados. Com a publicação do Decreto 73.482, de 17.01.1974, o IBGE tornou-se responsável por todas as fases da pesquisa a partir daquela data, bem como pelos demais inquéritos estatísticos relacionados ao setor agropecuário.

Essa pesquisa fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura (peixes), carcinocultura (camarões) e malacocultura (moluscos).

A periodicidade da pesquisa é anual. Sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados para Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e municípios.

Já a Produção Agrícola Municipal – PAM investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam não só pela grande importância econômica que possuem na pauta de exportações, como também por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

A PAM teve início no Ministério da Agricultura em 1938. Como ocorreu com a PPM, o Decreto 73.482 tornou o IBGE responsável por todas as fases da pesquisa a partir daquela data.

A pesquisa fornece informações sobre área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e preço médio pago ao produtor, no ano de referência, para 64 produtos agrícolas (31 de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes). As culturas temporárias são as de curta ou média duração, uma vez que seu ciclo reprodutivo é inferior a um ano, e, depois de colhidas, precisam de um novo plantio. As culturas permanentes, por outro lado, são as de ciclo longo, cujas colheitas podem ser feitas por vários anos sem a necessidade de novo plantio.

A PAM é integrada ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, isto é, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM, em dezembro, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.

Mais uma vez como no caso da PPM, a PAM tem periodicidade anual e sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados para Brasil, grandes regiões, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões e municípios. As informações municipais para cada produto somente são prestadas a partir de um hectare de área ocupada com a cultura e uma tonelada de produção.

A tabela a seguir demonstra a situação de Itaguaí em relação ao efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho.

Tabela 48: Informações e indicadores agregados – Efetivo dos rebanhos – Município – 2020

Tipo de rebanho	Quantidade
Bovino	10.977
Bubalino	67
Equino	0
Suíno	400
Caprino	40
Ovino	88
Galináceos	1.720
Codornas	0

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

A próxima tabela traz as informações sobre o produto das lavouras temporárias:

Tabela 49: Informações e indicadores agregados – Lavouras temporárias – Município – 2020

Variável	Quantidade
Área plantada (hectares)	87
Área colhida (hectares)	87
Valor da produção (reais)	953.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

A tabela seguinte traz as informações sobre o produto das lavouras permanentes:

Tabela 50: Informações e indicadores agregados – Lavouras permanentes – Município – 2020

Variável	Quantidade
Área plantada (hectares)	455
Área colhida (hectares)	455
Valor da produção (mil reais)	9.260.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Mapa do desenvolvimento

O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, apresenta 46 propostas e 158 ações para o período 2016-2025. O trabalho, que pode ser acessado no endereço <http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/mapa-do-desenvolvimento/>, oferece 10 agendas regionais, uma para a capital e nove para o interior.

As áreas mais críticas da competitividade fluminense apontadas pelo estudo são a infraestrutura, a segurança pública e o crescimento econômico. O Rio de Janeiro se destaca unicamente pela disponibilidade e qualidade de seu capital humano.

Para mudar esse quadro desfavorável, a Firjan ouviu sindicatos e empresários de todo o estado. Por meio de pesquisa e reuniões, mais de 1.000 empresários definiram as questões mais relevantes à competitividade da indústria e de sua cadeia produtiva, assegurando que as propostas refletissem de fato as questões prioritárias para seus negócios e para a evolução do estado como um todo.

Ao todo, as propostas são distribuídas em cinco temas: Sistema Tributário, Mercado de Trabalho, Infraestrutura, Gestão e Políticas Públicas e Gestão Empresarial, conforme a figura a seguir.



Fonte: Firjan

Agenda regional

A Região Baixada Fluminense – Área I é formada por nove municípios: Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Pacarambi, Queimados e Seropédica. Em 2015, os municípios concentravam 1,7 milhão de habitantes, o equivalente a 10,1% da população estadual.

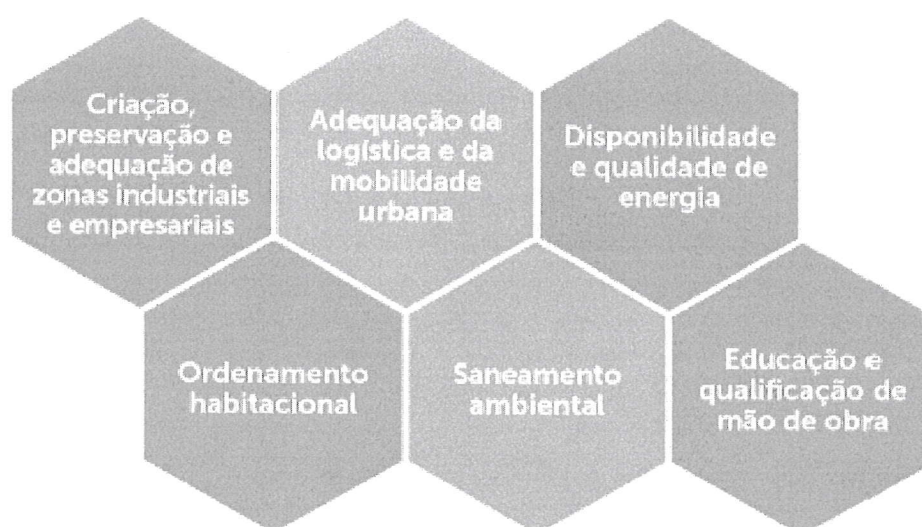
Em 2013, o PIB da região atingiu R\$ 34,5 bilhões, respondendo por 5,5% do PIB estadual. Já o PIB industrial foi de R\$ 6,3 bilhões (3,9% do PIB industrial fluminense).

Com relação ao desenvolvimento socioeconômico, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) 2015, oito dos nove municípios da região registraram desenvolvimento moderado, sendo Japeri o único que obteve classificação regular, ocupando o último lugar do estado, com o IFDM mais baixo entre os 92 municípios fluminenses⁶².

No que tange à responsabilidade administrativa, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) 2015 mostrou cinco municípios com boa gestão, entre os 20 melhores do estado (Mesquita – 7º; Queimados – 10º; Itaguaí – 12º; Japeri – 18º; e Nilópolis – 20º), sendo que Mesquita, Queimados e Itaguaí estão entre os 500 melhores do país. Os demais quatro municípios apresentaram gestão em dificuldade⁶³.

Em 2013, a indústria respondeu por 18,2% do PIB da região, com destaque para as cadeias de produtos de metal; perfumaria, cosméticos e higiene pessoal; química; minerais não metálicos; alimentos e bebidas; e vestuário e acessórios. Para a próxima década, a expectativa é de chegada de novas indústrias e centros de distribuição, atraídos principalmente pelos 40 km² de áreas industriais disponíveis no entorno do Arco Metropolitano.

Os empresários da região apontaram seis propostas para a atuação prioritária nos próximos anos, conforme a figura:



62 - www.firjan.com.br/ifdm.

63 - www.firjan.com.br/ifgf.

A seguir são apresentadas as ações conforme a priorização realizada pelos empresários da região.

Infraestrutura

- **Proposta 1: criação, preservação e adequação de zonas industriais e empresariais**

Definir áreas para a atração e retenção de empresas é fundamental para que a região possa diversificar seu parque industrial e acelerar seu desenvolvimento. É preciso criar condições para atrair fornecedores das indústrias e empresas que já estão instaladas. Porém, para que o investidor possa optar por se instalar na região, é necessário que existam áreas que ofereçam a infraestrutura adequada, que sejam preservadas legal e fisicamente, não tenham restrições ambientais e, preferencialmente, já possuam atividades de interesse identificadas e pré-licenciadas.

Outro ponto importante é que estas áreas sejam estruturadas de forma integrada em toda a região, garantindo a distribuição de investimentos por todos os municípios, conforme seu perfil, e promovendo o desenvolvimento mais equilibrado.

Ação que impacta além da Baixada Fluminense – Área I

- Promover a gestão integrada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de modo a garantir serviços públicos de qualidade, desenvolvimento equilibrado dos municípios e otimização da alocação dos recursos públicos e privados.

Ações de impacto direto na Baixada Fluminense – Área I

1. Adequar a infraestrutura (acesso, água, energia, gás natural, banda larga etc.) dos distritos e condomínios industriais existentes e nas áreas de concentração industrial;
2. Controlar o crescimento residencial próximo às áreas industriais e seus acessos, em especial no Arco Metropolitano;
3. Preservar as áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais;
4. Criar uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;
5. Criar um Plano Diretor Regional de Desenvolvimento Integrado.

- **Proposta 2: adequação da logística e da mobilidade urbana**

A qualidade da infraestrutura logística e de mobilidade urbana é um dos fatores mais importantes para a atratividade de investimentos, uma vez que possui grande impacto na produtividade e no custo final das mercadorias e serviços. Para que a infraestrutura seja um atrativo é preciso que a principal rodovia da Baixada Fluminense – Área I (BR 116, que liga a região ao município do Rio de Janeiro, ao Sul Fluminense e a São Paulo) tenha suas pistas marginais concluídas, em toda a região.

Além disso, é necessário construir a rodovia TransBaixada, ligando os municípios da Baixada I ao Arco Metropolitano, em Magé (Baixada Fluminense – Área II) e à Zona Oeste da capital, diminuindo o fluxo e a saturação da Avenida Brasil e da Rodovia Washington Luiz. Também é preciso estender a Via Light de Nova Iguaçu até a Rodovia Presidente Dutra, próximo ao Distrito Industrial de Queimados, à Linha Vermelha e Madureira, no Rio de Janeiro.

Ações que impactam além da Baixada Fluminense – Área I

- Duplicar o canal de acesso e aprofundar as bacias de evolução e fundeadouros do Complexo Portuário da Baía de Sepetiba;
- Construir a EF 118 (Rio-Vitória), de modo a integrar os complexos portuários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo às malhas ferroviárias do Sul Fluminense (com acesso a São Paulo, Minas Gerais e à Região Centro-Oeste) e à Estrada de Ferro Vitória-Minas, o que permitirá acesso à Região Nordeste;
- Construir o Tramo Norte do Ferroanel de São Paulo, de modo a reduzir os custos logísticos do transporte de cargas para o Complexo Portuário da Baía de Sepetiba;
- Concluir os Planos Municipais de Mobilidade Urbana Sustentável, a fim de melhorar a mobilidade e a distribuição urbana de cargas nos municípios fluminenses e permitir acesso a recursos federais para obras.

Ações de impacto direto na Baixada Fluminense – Área I

1. Estender a Via Light de Nova Iguaçu até a Rodovia Presidente Dutra, próximo ao Distrito Industrial de Queimados, à Linha Vermelha e Madureira, no Rio de Janeiro;
2. Concluir as vias marginais da Rodovia Presidente Dutra (BR 116);
3. Construir a rodovia TransBaixada, entre o Arco Metropolitano em Magé e a Avenida Brasil, em Bangu, no Rio de Janeiro;
4. Reativar o Arco Ferroviário Metropolitano em bitola mista, entre Itaboraí e Nova Iguaçu, conectando os eixos ferroviários norte e sul do Estado do Rio de Janeiro;
5. Estender o ramal de Santa Cruz dos trens urbanos até Itaguaí;
6. Melhorar os acessos ao Arco Metropolitano integrando suas agulhas a rodovias estaduais ou municipais;
7. Ampliar a rede cicloviária e a qualidade das calçadas na região.

- **Proposta 3: disponibilidade e qualidade de energia, de telefonia e de banda larga**

A oferta e a qualidade da energia têm relação direta com o crescimento econômico. Energia de qualidade, mais eficiente, com menores custos e com a tensão adequada para permitir a expansão dos empreendimentos é fundamental para se alcançar uma melhor competitividade dos produtos industriais e consequentemente uma contribuição para desenvolvimento econômico e social. Da mesma forma, alguns setores possuem no gás

natural um de seus principais insumos produtivos, o que exige uma garantia de fornecimento e uma cobertura da rede de distribuição alinhada ao planejamento das áreas industriais.

Ações que impactam além da Baixada Fluminense – Área I

- Garantir a execução plena do programa Rio Digital, que prevê a instalação, até 2025, de uma rede de fibra óptica com velocidade de 100 megabits por segundo, atendendo a todos os municípios do estado.

- Regulamentar a Lei das Antenas (Lei Federal nº 13.116/15) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, unificando e simplificando as regras de instalação de antenas de telefonia celular.

Ações de impacto direto na Baixada Fluminense – Área I

1. Garantir a estabilidade no fornecimento de energia nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais;

2. Ampliar a carga de energia disponível nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais;

3. Garantir a universalização da cobertura de energia elétrica;

4. Universalizar a rede de distribuição de gás natural nas áreas industriais consolidadas e potenciais;

5. Garantir a universalização da cobertura de banda larga fixa e móvel.

• **Proposta 4: ordenamento habitacional**

A identificação e a qualificação das áreas habitacionais, integradas ao ordenamento das áreas de interesse industrial, com acesso à rede de infraestrutura urbana e serviços públicos – saneamento básico, energia elétrica, transporte, saúde, educação e segurança – são essenciais para evitar os prejuízos causados pela ocupação desordenada e favelização. Os núcleos habitacionais precisam oferecer fácil acesso aos polos geradores de empregos (indústrias, centros comerciais e de serviços), através de um planejamento que impeça a ocupação de áreas destinadas ao desenvolvimento industrial.

Ação que impacta além da Baixada Fluminense – Área I

- Revitalizar e reurbanizar áreas urbanas degradadas, contemplando a adaptação de instalações prediais a novo perfil urbanístico (retrofit).

Ações de impacto direto na Baixada Fluminense – Área I

1. Impedir a ocupação habitacional de áreas industriais e de seus entornos, em especial no Arco Metropolitano;

2. Impedir a ocupação irregular, em especial nas áreas industriais e seus entornos;
3. Identificar, preservar e desenvolver novas áreas para núcleos habitacionais formados por residências, comércio e serviços;
4. Adequar a infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação nas áreas de baixa renda;
5. Requalificar e incentivar a ocupação de áreas urbanas que já possuem infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação.

- **Proposta 5: sistema de saneamento ambiental**

O saneamento ambiental tem se tornado, cada vez mais, um mecanismo de ganhos tangíveis para a indústria, em especial com a redução do uso da energia elétrica e da água e com o reaproveitamento de resíduos no processo industrial. A captação direta de água e o reuso pela indústria, além de reduzir os custos do insumo, traz benefícios para a rede geral de abastecimento, pela redução do volume retirado do sistema. Ao mesmo tempo, é necessário adotar programas voltados a aumentar a oferta de água disponível, como a construção de reservatórios e cisternas.

Por sua vez, a universalização da coleta e do tratamento de esgoto traz resultados positivos para a preservação dos mananciais e da oferta de água, assim como a melhor qualidade da água tem impactos sobre o agronegócio e a qualidade de vida da população. Programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos domésticos e industriais e sua destinação para centros de tratamento e reaproveitamento geram matérias-primas para diversas cadeias produtivas e melhoram a qualidade de vida.

Ações que impactam além da Baixada Fluminense – Área I

- Combater a poluição nas bacias hidrográficas, por meio de ações de educação ambiental, recuperação de matas ciliares e intensificação da coleta de resíduos sólidos urbanos em áreas críticas das bacias;
- Reduzir as perdas no sistema de distribuição de água, intensificando o monitoramento e estabelecendo metas de redução;
- Estruturar programas de incentivo à implantação e uso de estações de dessalinização.

Ações de impacto direto na Baixada Fluminense – Área I

1. Ampliar a rede de Centros de Tratamento de Resíduos urbanos e industriais e instalar unidades locais de coleta e reciclagem para aumentar a destinação segura de resíduos;
2. Autorizar, quando possível, a captação direta de água pela indústria (construção de poços artesianos, o uso de mananciais subterrâneos etc.);
3. Universalizar a rede coletora de esgoto, inclusive com a construção de estações de tratamento;

4. Garantir a oferta de água às áreas de interesse industrial no entorno do Arco Metropolitano;

5. Agilizar o procedimento de permissão para o reúso de água para fins industriais no processo interno e entre indústrias de cadeias complementares;

6. Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;

7. Implantar novas adutoras e sistemas de bombeamento para garantir o abastecimento de água nas localidades não atendidas ou com atendimento precário;

8. Buscar novos mananciais para o sistema de abastecimento de água;

9. Construir reservatórios e cisternas para aumentar o volume de água reservada e disponível no sistema de abastecimento geral.

Mercado de trabalho

- **Proposta 6: educação e qualificação da mão de obra**

A educação de qualidade em todos os níveis – básico, profissional e superior – é essencial para a competitividade industrial, em especial no ensino fundamental e médio, nas disciplinas de matemática, ciências e português, essenciais para o aprendizado e o desempenho profissional. Mão de obra qualificada para a utilização de processos e máquinas modernas é um instrumento essencial para o desenvolvimento econômico, industrial e social. O investimento em educação deve ocorrer de forma a contribuir para a estruturação de uma indústria melhor distribuída na região, sendo um importante instrumento de uma política de desenvolvimento do Baixada Fluminense – Área I.

Ação que impacta além da Baixada Fluminense – Área I

- Elevar a escolaridade dos trabalhadores da indústria fluminense e de sua cadeia produtiva, oferecendo formação no ensino fundamental de 2º segmento (6º ao 9º anos) e no ensino médio, no próprio ambiente de trabalho.

Ações de impacto direto na Baixada Fluminense – Área I

1. Ampliar a qualificação dos professores da rede pública;

2. Implantar programas voltados para melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;

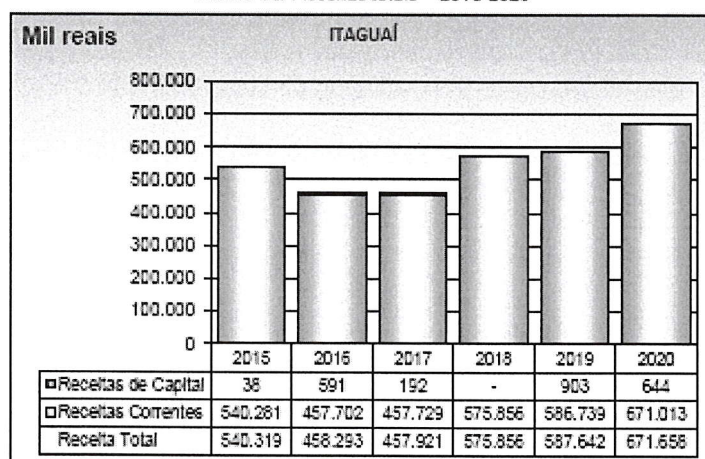
3. Alinhar continuamente os cursos do SENAI Rio às novas necessidades do mercado de trabalho.

VI - INDICADORES FINANCEIROS

O presente capítulo trata da análise do desempenho econômico-financeiro do município de Itaguaí, com base em informações constantes das prestações de contas de governo municipal encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio⁶⁴, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

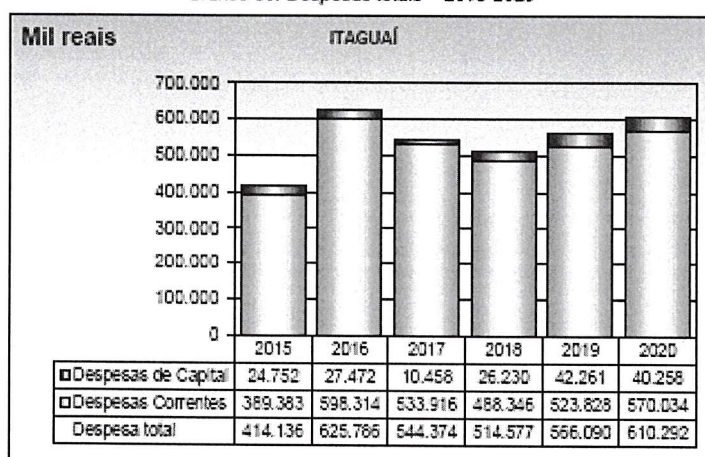
A evolução e a composição das receitas e despesas⁶⁵ no período de 2015 a 2020 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores nominais.

Gráfico 58: Receitas totais – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

Gráfico 59: Despesas totais – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

64 - Além das informações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial obtidas nas prestações de contas de governo municipal, também foram consultadas fontes adicionais como: relatórios da receita municipal extraídos do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS; IBGE: estimativa da população encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União – TCU.

65 - Os valores de despesas de capital incluem juros e encargos, com reflexo nos indicadores 2, 3 e 7, apresentados nas páginas seguintes.

Município de Itaguaí

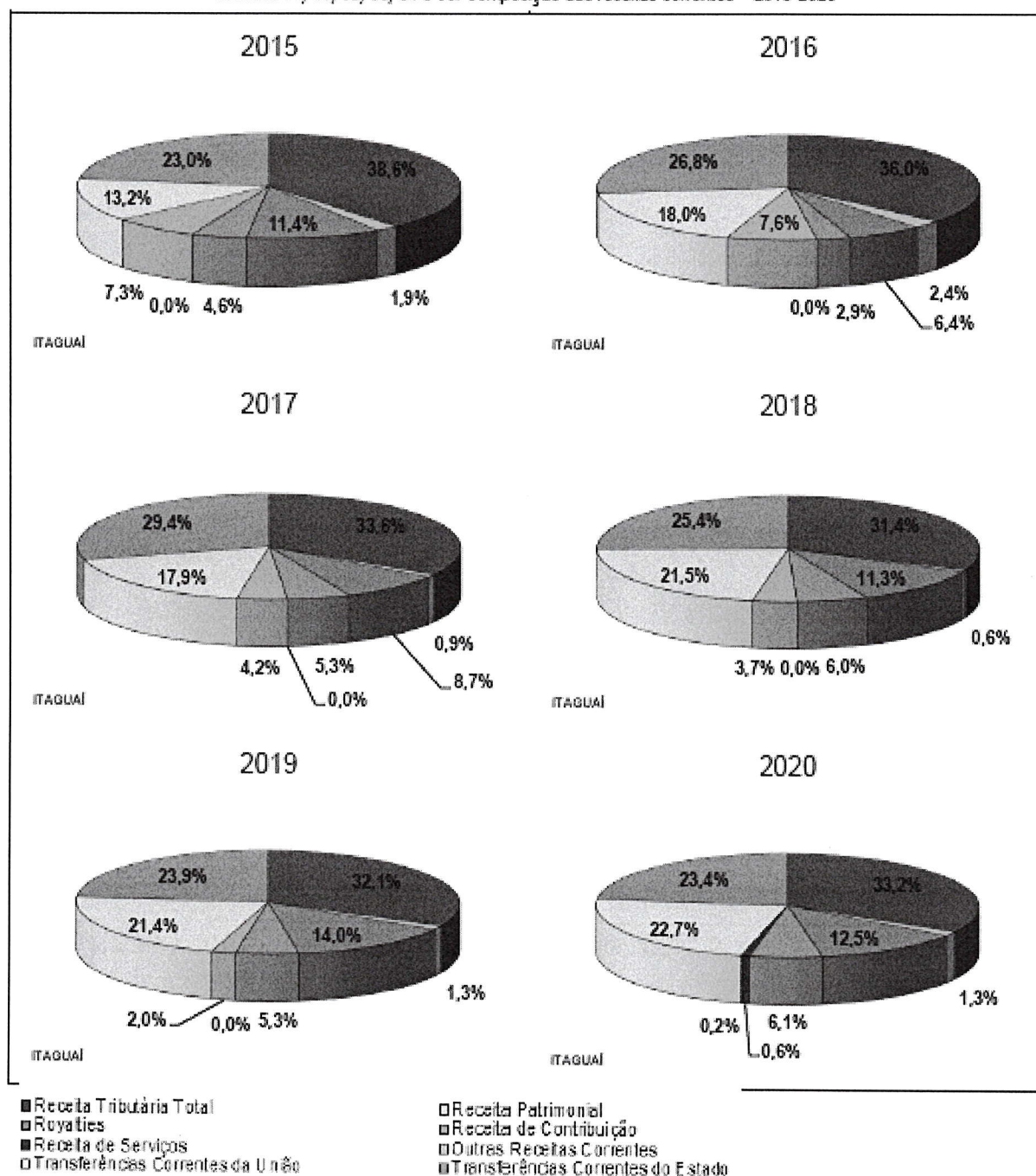
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

A receita realizada cresceu 24% no período entre 2015 e 2020, enquanto a despesa aumentou 47%.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Gráficos 60, 61, 62, 63, 64 e 65: Composição das receitas correntes – 2015-2020



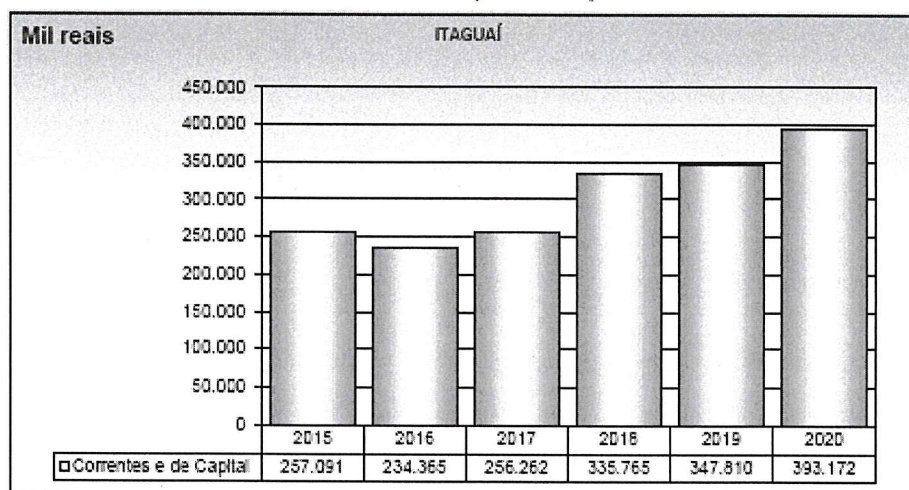
Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

O montante transferido pela União e pelo estado ao município (excluída a parcela do IRRF) teve um aumento de 53% entre 2015 e 2020⁶⁶:

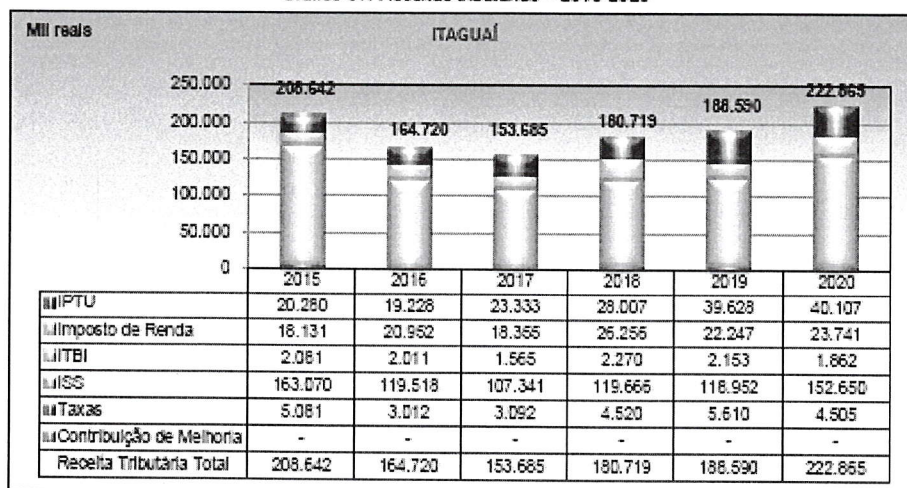
Gráfico 66: Transferências totais para o município – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

A receita tributária⁶⁷, por sua vez, teve um crescimento de 7% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento na arrecadação de 98% do IPTU e de 31% do Imposto de Renda retido na fonte. Houve queda de 11% do ITBI, 6% do ISS e 11% das taxas.

Gráfico 67: Receitas tributárias – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

66 - A partir da edição de 2019, são apresentadas a título de transferências da União e do estado apenas as transferências correntes.

67 - Para efeito deste estudo, receita tributária corresponde ao esforço realizado pelo ente federativo municipal em arrecadar tributos de forma direta, acrescido do Imposto de Renda, não se levando em consideração quaisquer outras transferências.

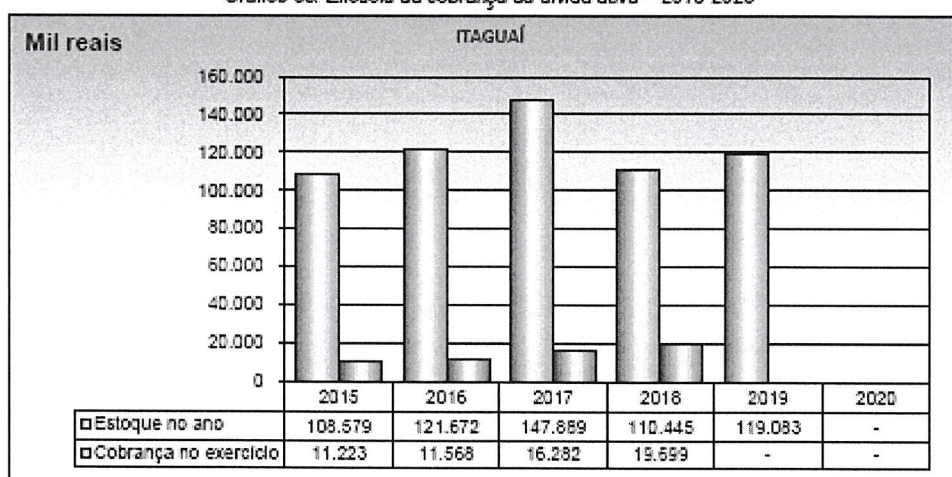
Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

O gráfico a seguir apresenta a cobrança da dívida ativa em comparação ao seu estoque total no período analisado⁶⁸.

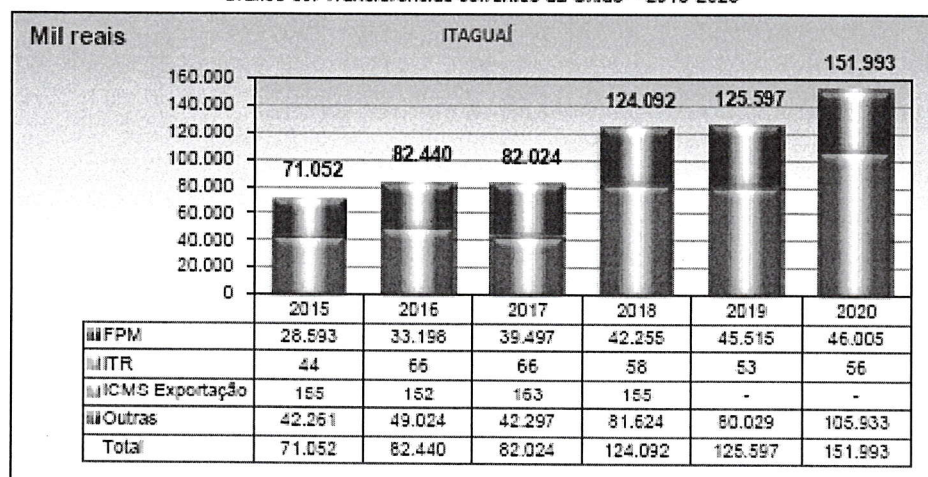
Gráfico 68: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

As transferências correntes da União cresceram 114% no período, com um aumento de 61% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

Gráfico 69: Transferências correntes da União – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

Como mostra o gráfico na página a seguir, as transferências correntes do estado cresceram 26% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 9% no repasse do ICMS e de 14% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

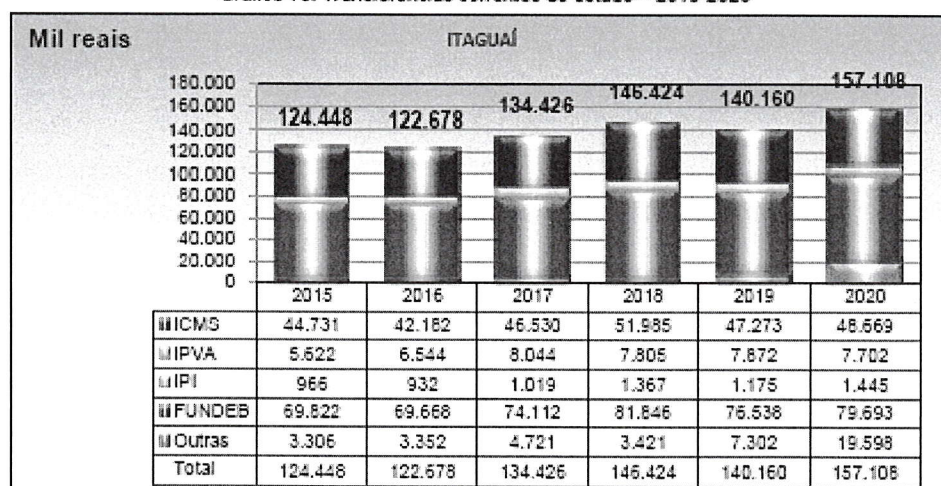
68 - A prestação de contas de governo de 2019 não informa o valor da cobrança da dívida ativa no exercício.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 70: Transferências correntes do estado – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

1. Indicador de equilíbrio orçamentário

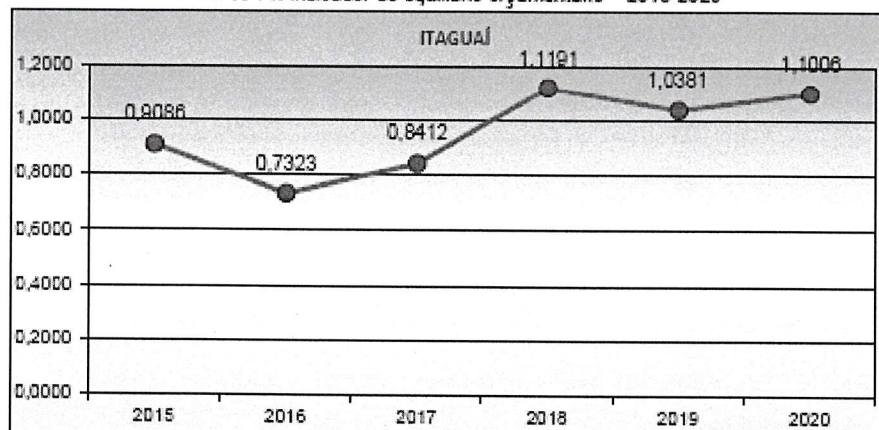
$$\frac{\text{receita arrecadada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 671.657.793,15}}{\text{R\$ 610.291.768,75}} = 1,1006$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 110,06 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em três dos seis anos em análise.

Gráfico 71: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

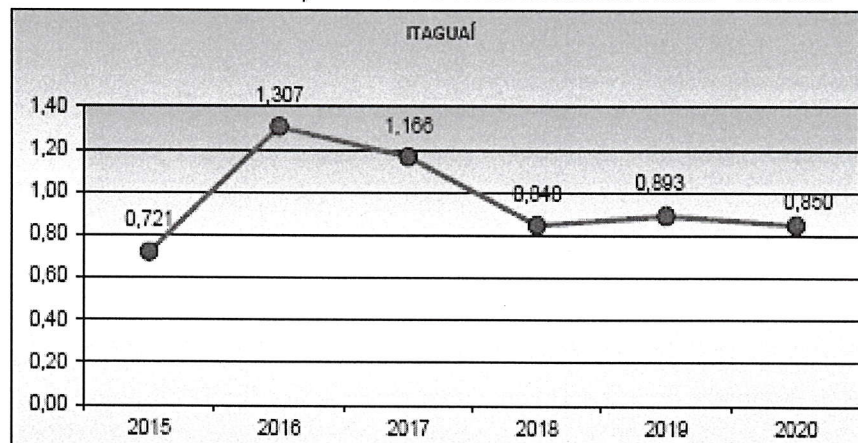
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa

$$\frac{\text{despesas correntes}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ 570.034.236,81}}{\text{R\$ 671.013.459,15}} = 0,850$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 85,0% são comprometidos com despesas correntes. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2015:

Gráfico 72: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

As despesas correntes destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um aumento de 46% entre 2015 e 2020, enquanto as receitas correntes cresceram 24% no mesmo período.

3. Indicador de autonomia financeira

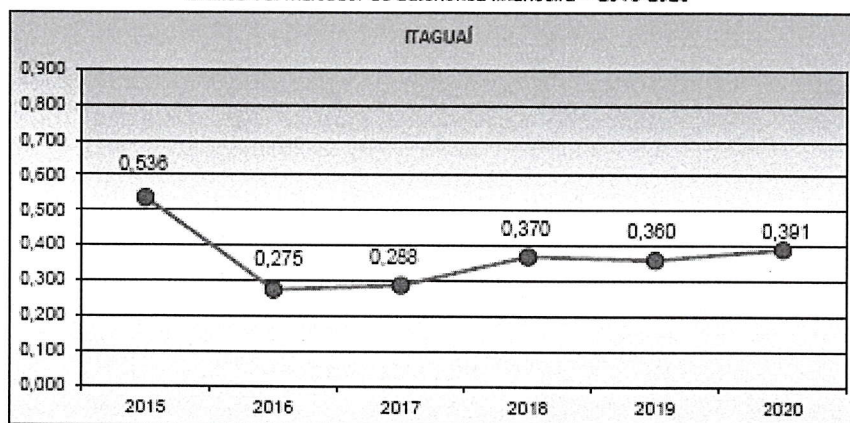
$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas correntes}} = \frac{\text{R\$ 222.865.247,37}}{\text{R\$ 570.034.236,81}} = 0,391$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 39,1% no exercício de 2020. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 73: Indicador de autonomia financeira – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

Houve diminuição da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária cresceu 7% no período, contra 46% de aumento das despesas correntes.

No período analisado, houve redução na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

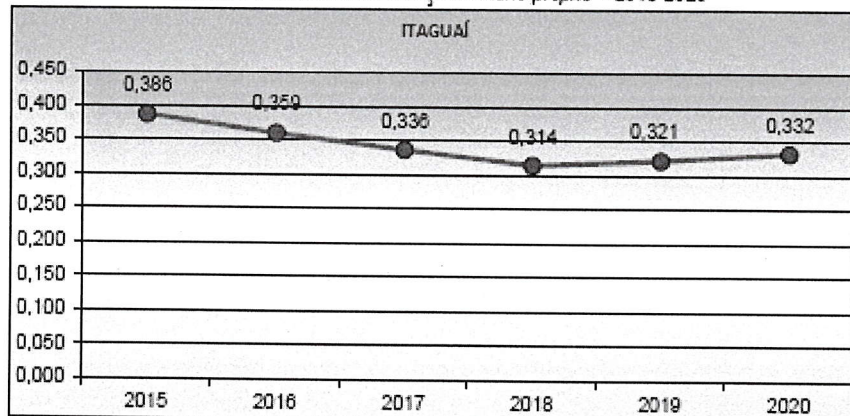
4. Indicador do esforço tributário próprio

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ 222.865.247,37}}{\text{R\$ 671.657.793,15}} = 0,332$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário que o município realiza no sentido de arrecadar tributos próprios em relação ao total das receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 33,2% da receita total, enquanto, no período analisado, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 74: Indicador do esforço tributário próprio – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

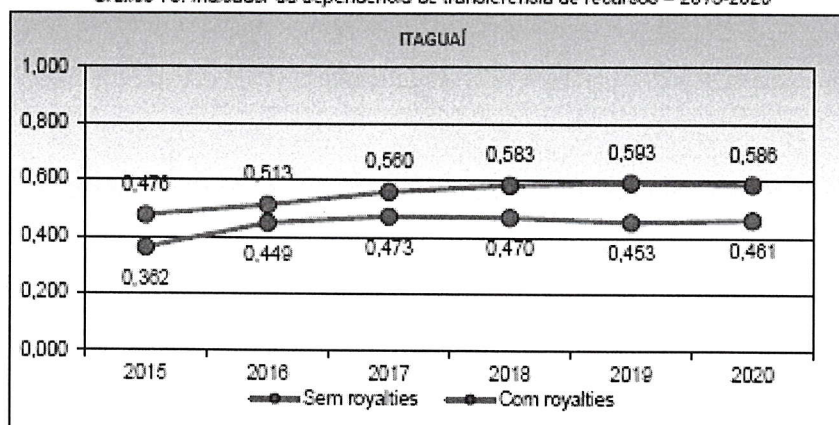
Plano Plurianual 2026-2029

5. Indicador da dependência de transferências de recursos

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ 309.744.825,39}}{\text{R\$ 671.657.793,15}} = 0,461$$

A receita de transferências⁶⁹ representa 46,1% do total da receita do município em 2020. O gráfico a seguir apresenta valores desse indicador para anos anteriores.

Gráfico 75: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2015-2020

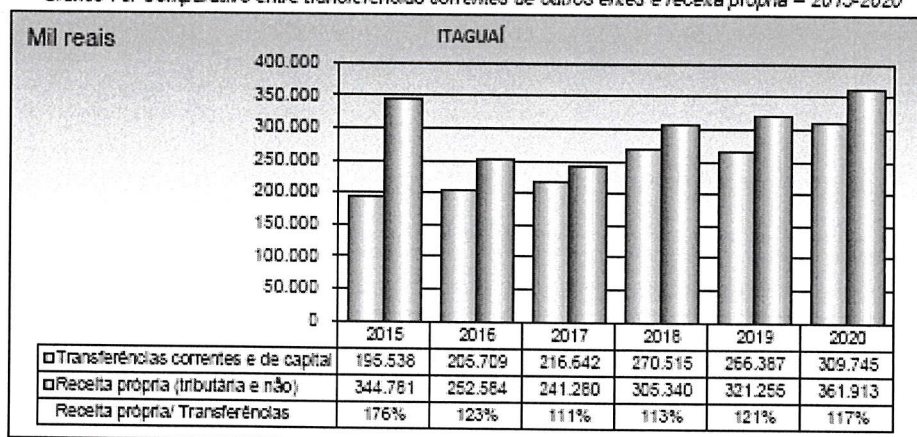


Fonte: elaboração própria

Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2020, subiria para 58,6%.

Esse indicador reforça os comentários a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico a seguir, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 84,1 milhões em 2020.

Gráfico 76: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

⁶⁹ - O cômputo inicial das receitas de transferências não levou em consideração em seu somatório os montantes auferidos a título de receitas com *royalties*.

6. Indicador da carga tributária *per capita*

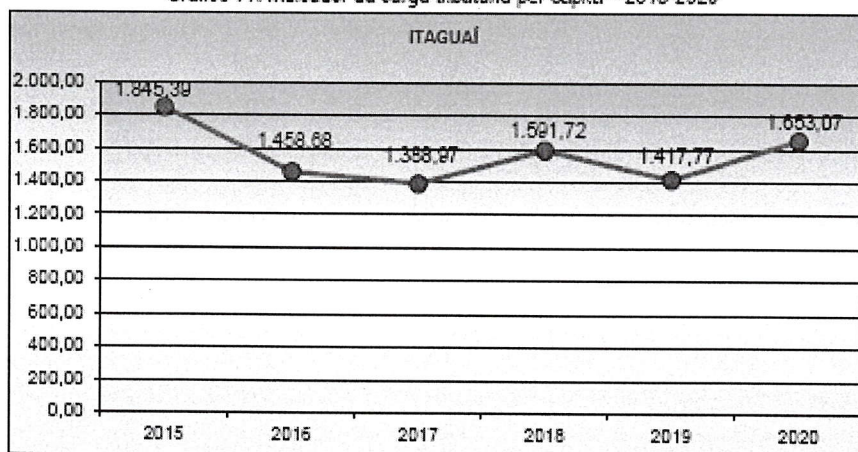
$\frac{\text{receita tributária própria}^{70}}{\text{população do município}} =$

$$= \frac{\text{R\$ } 222.865.247,37}{134.819 \text{ habitantes}} = \text{R\$ } 1.653,07/\text{habitante}$$

Esse indicador reflete os recursos próprios auferidos pelo município, isto é, a receita tributária acrescida de valores cobrados da dívida ativa e dividida por habitante do município.

Ao longo do exercício de 2020, cada habitante contribuiu para o fisco municipal com R\$ 1.653,07. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo diminuição de 10% no período.

Gráfico 77: Indicador da carga tributária per capita – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

7. Indicador das despesas correntes *per capita*

$$\frac{\text{despesas correntes}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 570.034.236,81}{134.819 \text{ habitantes}} = \text{R\$ } 4.228,14/\text{habitante}$$

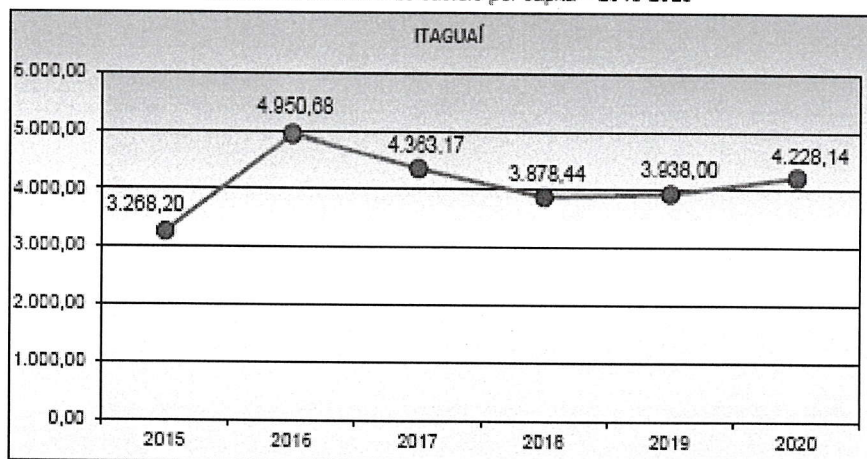
Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o quanto com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com R\$ 4.228,14 em 2020. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo crescimento de 29% no período de 2015 a 2020.

70 - O cálculo desse indicador não mais inclui o valor obtido pelo município por meio de cobrança da dívida ativa, uma vez que essa informação não consta nas prestações de contas referentes a 2019. Tal valor, porém, segue incorporado nos índices expressos no gráfico para os anos entre 2014 e 2018.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 78: Indicador do custeio per capita – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

8. Indicador dos investimentos *per capita*

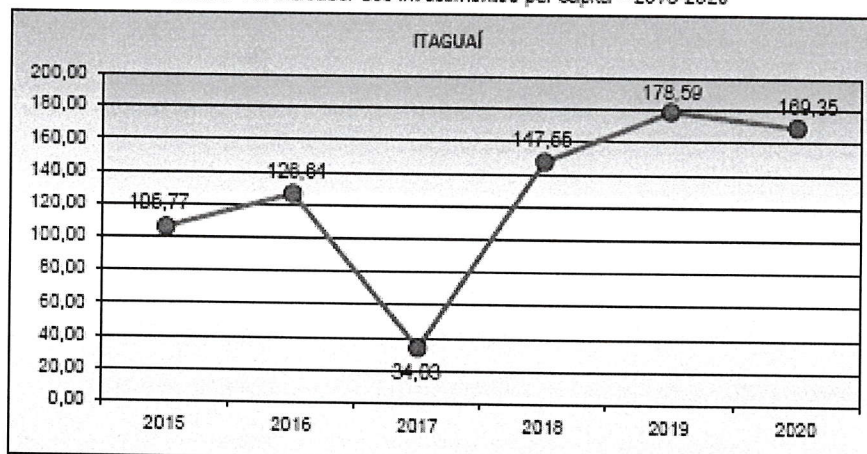
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 22.832.175,20}}{134.819 \text{ habitantes}} = \text{R\$ 169,35/habitante}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2020, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 169,35 em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com o valor de R\$ 1.653,07 (vide Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 169,35 representaria praticamente que 13% dos tributos pagos retomaram como investimentos públicos.

Gráfico 79: Indicador dos investimentos per capita – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

9. Indicador do grau de investimento

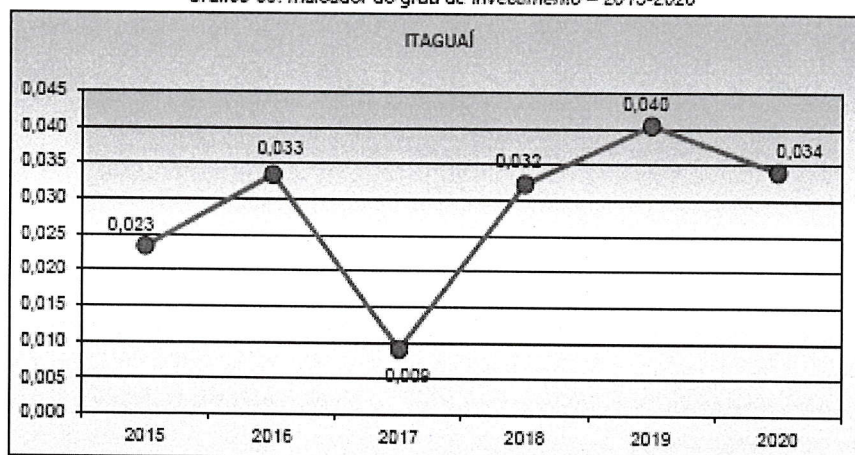
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ 22.832.175,20}}{\text{R\$ 671.657.793,15}} = 0,034$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem a 3,4% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com a utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador nº 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 85% das receitas correntes.

Esse quociente aumentou entre 2015 e 2020, conforme o gráfico, que evidencia a seguinte parcela dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

Gráfico 80: Indicador do grau de investimento – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

10. Indicador da liquidez corrente

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 134.382.440,63}}{\text{R\$ 97.847.250,79}} = 1,37$$

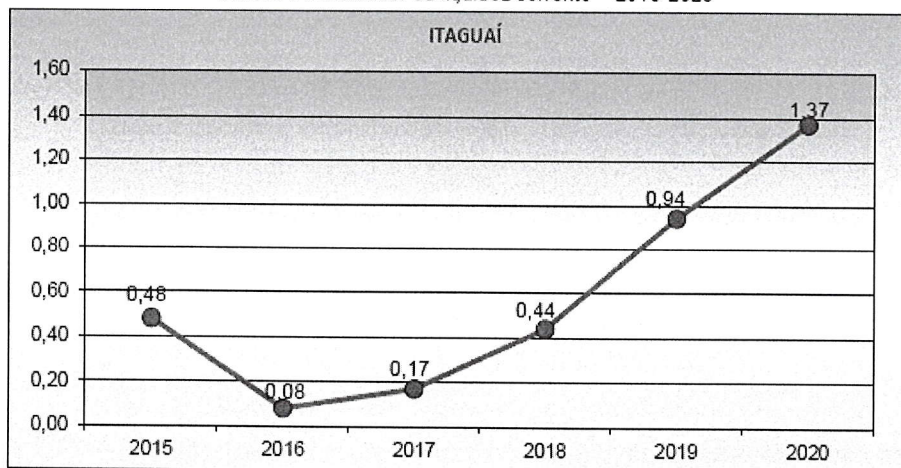
Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve em equilíbrio em um dos seis anos analisados.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 81: Indicador da liquidez corrente – 2015-2020



Fonte: elaboração própria

A série histórica apresentada para o índice de liquidez exclui as aplicações dos regimes próprios de previdência.

Nas páginas finais deste volume, após a Conclusão, estão publicadas as tabelas contendo as informações essenciais referentes às receitas e despesas de todos os municípios fluminenses, para fins comparativos. São apresentados valores, *rankings* e indicadores com base nas receitas totais e *per capita* (tabela A), despesas totais e *per capita* (tabela B), carga tributária *per capita* (tabela C), despesa corrente *per capita* (tabela D), investimento *per capita* (tabela E) e *royalties* (tabela F).

VII - PETRÓLEO E GÁS NATURAL

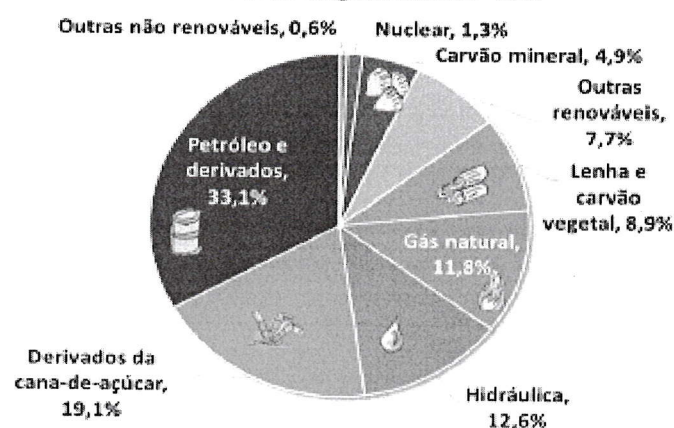
Introdução

O Acordo de Paris, firmado em 2015, estabeleceu que os países do mundo promoveriam esforços para limitar o aquecimento global a 1,5°C acima das temperaturas da era pré-industrial⁷¹. Porém, o mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), publicado pelas Nações Unidas em agosto de 2021, aponta que tal limite está perigosamente próximo e poderá ser alcançado já nas próximas duas décadas. Sem uma enorme redução das emissões dos gases causadores do efeito-estufa, a previsão, até o final do século, é de que o aumento da temperatura poderá ultrapassar 2,7°C, com consequências catastróficas para a humanidade⁷².

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea⁷³ situa o Brasil na liderança do grupo dos Brics (composto ainda por Rússia, Índia, China e África do Sul) no processo de transição para uma economia de baixo carbono, no que diz respeito à utilização de energias renováveis. Com base em dados de publicações internacionais, o estudo concluiu que a matriz energética brasileira, em 2019, era formada por 45% de fontes renováveis e 54% de fontes fósseis. A matriz dos demais países do Brics, por outro lado, estava altamente concentrada na utilização de energias fósseis, que são as principais responsáveis pela emissão de gases de efeito-estufa. O maior percentual foi encontrado na África do Sul (97%), seguida de Rússia (94%), Índia (92%) e China (87%).

O Ministério das Minas e Energia brasileiro, através da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, publica o Balanço Energético Nacional. Com ano-base 2020, aponta que a soma do uso de lenha e carvão vegetal, energia hidráulica, derivados de cana e outras fontes renováveis chega a 48,3% da matriz.

Gráfico 82: Matriz energética brasileira – 2020



Fonte: Balanço Energético Nacional

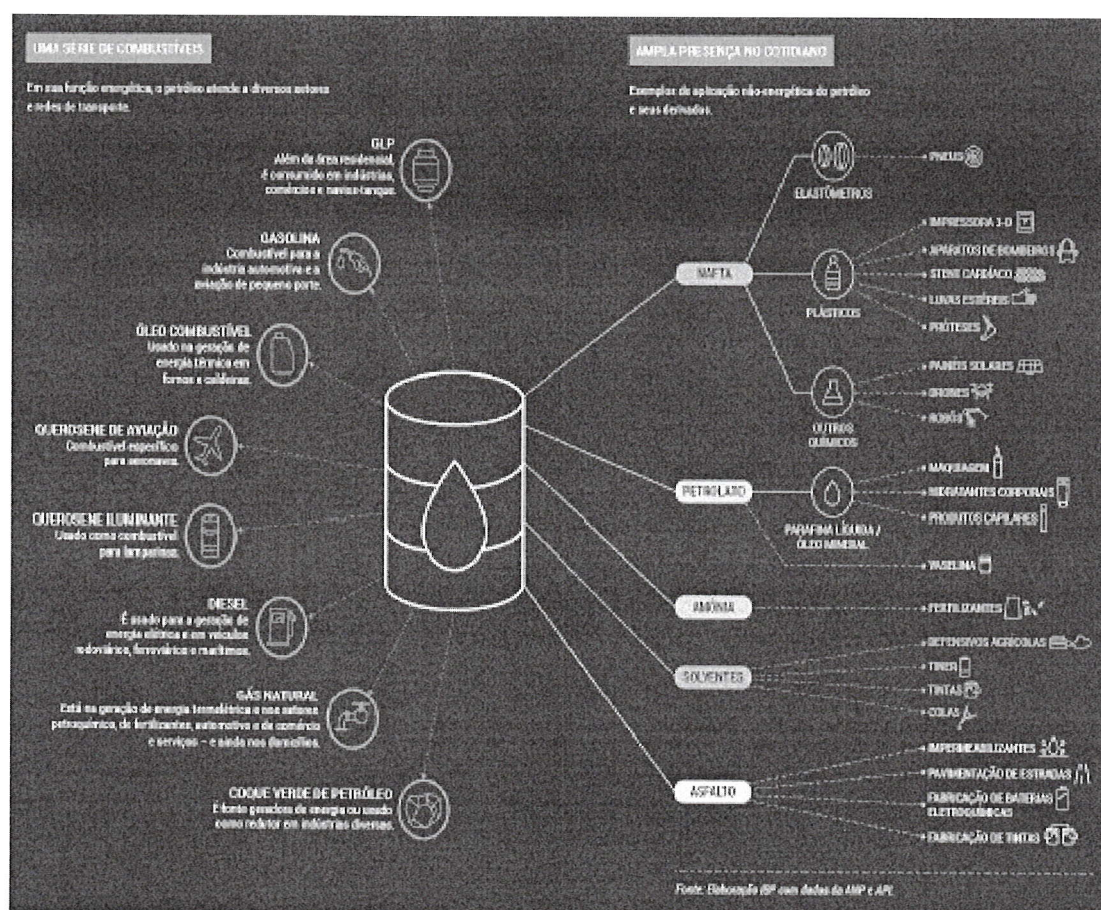
71 - <https://brasil.un.org/pt-br/node/88181>.

72 - <https://brasil.un.org/pt-br/156377-guia-para-cop28-o-que-e-preciso-saber-sobre-o-maior-evento-climatico-do-mundo>.

73 - "Transição energética e potencial de cooperação dos Brics em energias renováveis e gás natural", de Luciano Losekann e Amanda Tavares. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38330&catid=1&Itemid=7.

A transição energética implica, além da substituição de fontes fósseis por renováveis, o aumento da eficiência energética e o desenvolvimento de novas tecnologias que removam emissões da atmosfera⁷⁴. Estudos recomendam algumas estratégias como a remoção de subsídios aos combustíveis fósseis e a suspensão da produção de petróleo com custos elevados. Entretanto, mesmo com políticas restritivas, o petróleo deve continuar tendo um papel em um mundo pós-transição: em menor escala, mas maior qualidade, por meio de produtos não-energéticos. Certos produtos provenientes do petróleo não são facilmente substituíveis, como os fertilizantes usados para produção de alimentos, os plásticos utilizados em equipamentos eletrônicos e no desenvolvimento de tecnologias limpas, os isolantes térmicos usados para o aquecimento ou a refrigeração na construção civil, entre outros. Nesse sentido, o bem-estar da sociedade estaria associado a um planejamento de longo prazo e a um processo suave, tanto quanto possível, de transição.

A figura a seguir ilustra os mais importantes derivados do petróleo.



Fonte: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP

74 - "Os desafios de uma transição energética justa na indústria de óleo e gás". Rebecca Draeger, Bruno S. L. Cunha, Pedro R. R. Rochedo e Alexandre Szklo. Publicado em Nexo Jornal, setembro de 2021, disponível no endereço eletrônico <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaao/2021/Os-desafios-de-uma-transicao-energetica-justa-na-industria-de-oleo-e-gas>.

O ciclo do petróleo

O Anuário do Petróleo no Rio 2021⁷⁵, publicado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, identifica o surgimento de um novo ciclo do petróleo, com consequências positivas para o Estado do Rio de Janeiro, principal produtor brasileiro. Os preços internacionais do barril estão em tendência de crescimento. Para o Brasil, em particular, com os valores de câmbio majorados, os impactos são ainda mais significativos, já que nunca o barril de petróleo atingiu patamares tão altos quando convertido para valores em reais.

As projeções indicam um crescimento significativo da produção nacional de óleo cru na próxima década, evoluindo de cerca de 3 milhões de barris por dia, atualmente, para 5,3 milhões em 2030⁷⁶. Embora se vislumbre uma transformação no cenário energético global, em que o atendimento à demanda crescente será cada vez mais diversificado e conectado, com perspectiva de aumento de eficiência no uso de energia, o petróleo continuará sendo uma fonte indispensável de energia e de matéria-prima.

A mudança de posicionamento de grandes empresas petrolíferas em busca de diversificar suas carteiras de investimento, face a um cenário de penetração de energias alternativas e de atendimento às metas de descarbonização, reforça a necessidade de técnicas mais eficientes para a extração, desenvolvimento e transporte dos recursos. O refino também acompanha a transição energética e existem várias ações e investimentos para produzir combustível com maior qualidade e com menos emissões de gases.

Nesse quadro, os montantes de investimento anunciados no setor de petróleo e gás e seus reflexos na economia não diminuirão nos próximos anos. As expectativas de encomendas para a cadeia fornecedora de bens e serviços vão oportunizar novos negócios, além de potencializar a geração de postos de trabalho e rendas, e de incentivar os profissionais a buscar qualificação em virtude das exigências do mercado.

É possível vislumbrar nos próximos anos a atração de investimentos capitaneados pelo petróleo. Além das próximas rodadas de leilões de blocos exploratórios, existem áreas em exploração e desenvolvimento da produção de grande potencial. O aumento da atividade industrial deve acompanhar o atendimento às necessidades de negócio, com a entrada de plataformas em operação, construção de refinarias, novos postos de abastecimento, dentre outros. A partir de então, também se multiplicarão as oportunidades em serviços para suporte à indústria.

Produção do Estado do Rio de Janeiro

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo – ANP, o Estado do Rio de Janeiro se mantém, como esperado, responsável por cerca de 80% da produção nacional. A Bacia de Santos continua a ampliar sua liderança ao contribuir com 66%, em 2020. Também está em curso a recuperação da Bacia de Campos: diversos projetos de revitalização e a entrada em cena de novos atores devem auxiliar na retomada, além da descoberta de áreas novas com potencial significativo de agregar reservas e produção à região⁷⁷.

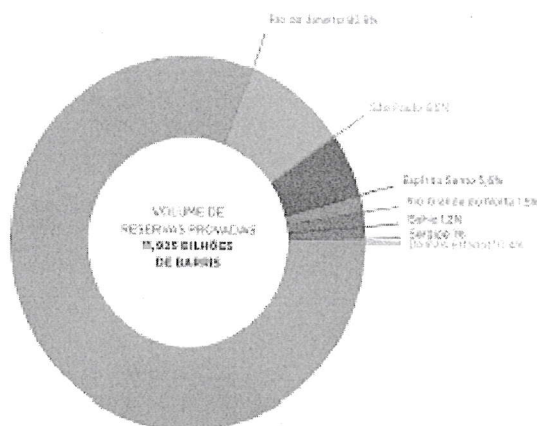
⁷⁵ - Disponível em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/anuario-petroleo-e-gas.htm>.

⁷⁶ - Empresa de Pesquisa Energética – EPE: "Integração energética das fontes na matriz brasileira e o papel do petróleo". Artigo publicado no "Anuário Petróleo no Rio 2021", já citado.

⁷⁷ - "Expectativa com campos de produção novos e maduros", Anuário do Petróleo no Rio 2021.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

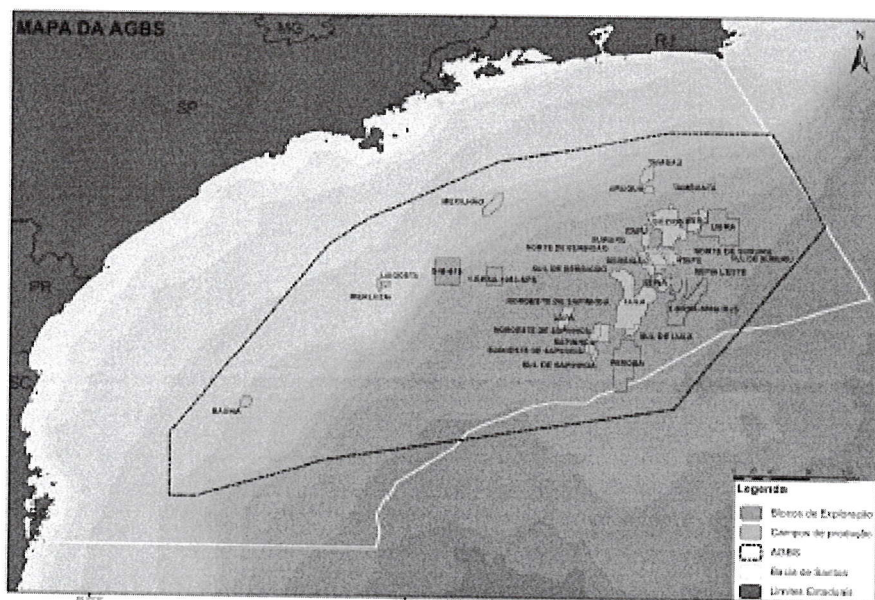
Gráfico 83: Distribuição percentual das reservas provadas de petróleo, segundo unidades da federação



Fonte: Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2021) - ANP

Bacia de Santos

A maior bacia sedimentar *offshore* do país, com uma área total de mais de 350 mil quilômetros quadrados, estende-se de Cabo Frio, no litoral fluminense, até Florianópolis, em Santa Catarina⁷⁸. Essa área reúne os maiores campos produtores do país, que combinam grande volume de reservas, alta produtividade e expressivo potencial de geração de valor. A figura a seguir apresenta a área geográfica da Bacia de Santos.



Fonte: Petrobras

OBS: Por decisão judicial, a Agência Nacional do Petróleo alterou de Lula para Tupi a denominação do campo com maior produção de óleo e gás do Brasil, em setembro de 2020.

78 - <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-de-santos.htm>.

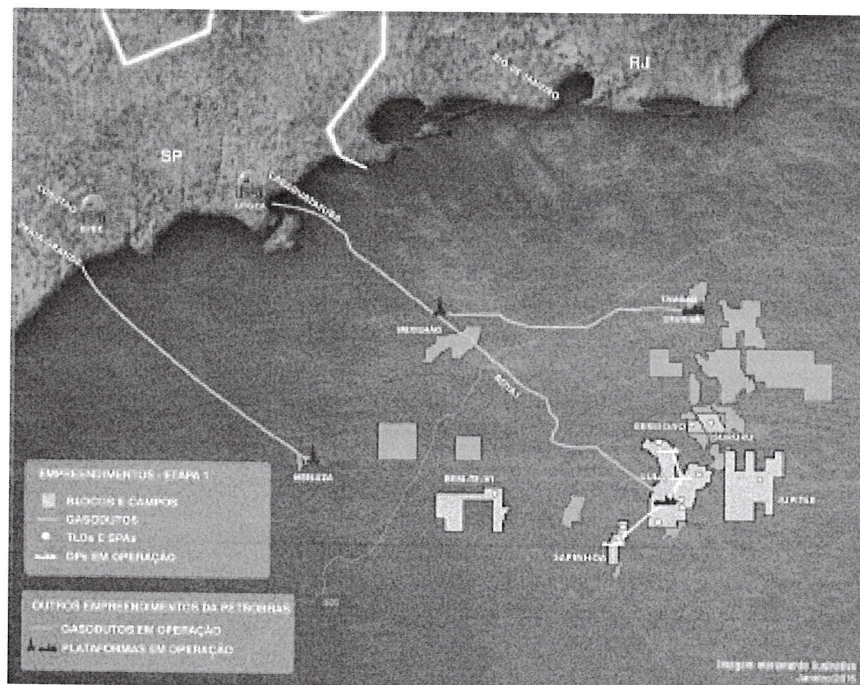
As primeiras atividades da Petrobras na região começaram na década de 70, mas a descoberta de áreas comerciais só foi possível décadas depois, com o desenvolvimento de tecnologias próprias para superar os desafios do pré-sal. Essas formações, com óleo de excelente qualidade, estão localizadas a cerca de 300 quilômetros da costa brasileira, em profundidades totais de aproximadamente 5 mil metros, sendo 2 mil de lâmina d'água.

A Bacia de Santos é hoje a maior produtora de óleo e gás natural do Brasil, com potencial promissor de crescimento nos próximos anos. A produção no pré-sal foi iniciada em 1º de maio de 2009 por meio de um teste de longa duração no campo de Tupi. Um ano mais tarde, começou a produção comercial. Tupi é atualmente o campo com maior produção em águas profundas do mundo.

Por sua amplitude geográfica, as atividades marítimas relacionadas à produção de petróleo e gás na Bacia de Santos não se concentram em uma cidade ou região: a Petrobras possui instalações em cidades como Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Itaguaí (SC).

Operações da Petrobras⁷⁹

Etapas 1 - É um conjunto de empreendimentos de produção e escoamento de óleo e gás natural no pré-sal da bacia. Inclui a realização de testes de longa duração e sistemas de produção antecipada, além de três unidades de produção (projetos pilotos e desenvolvimento da produção). Contempla ainda trechos de gasodutos para escoamento do gás produzido.



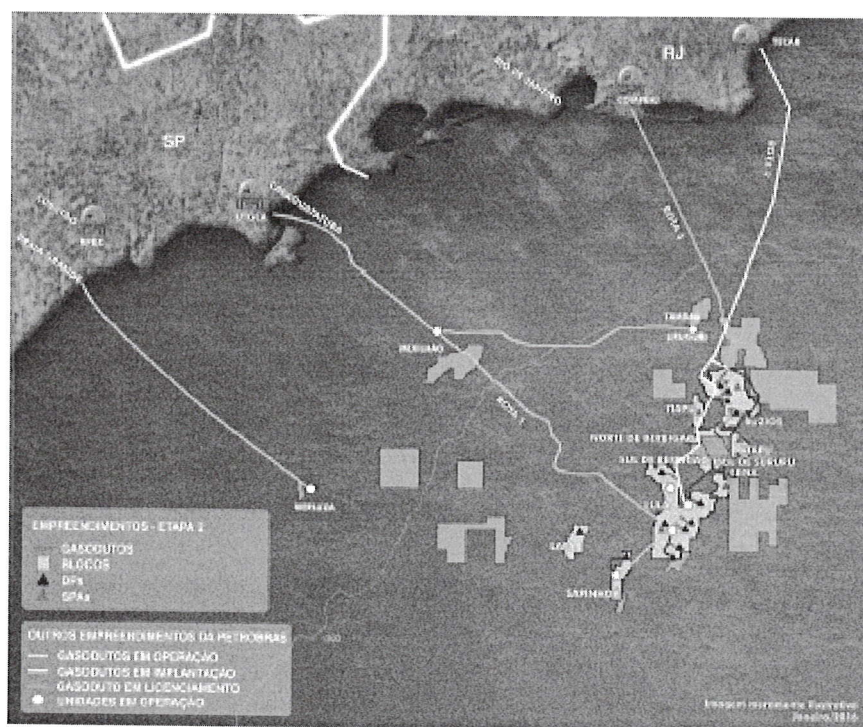
Fonte: Petrobras

OBS: Por decisão judicial, a Agência Nacional do Petróleo alterou de Lula para Tupi a denominação do campo com maior produção de óleo e gás do Brasil, em setembro de 2020.

79 - <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos>.

Todos os pilotos e projetos de desenvolvimento da produção da Etapa 1 já estão operando. O gás natural dos navios-plataformas é escoado por meio de gasodutos que se interligam com o de Mexilhão ou com a Rota 2. O primeiro leva o produto até a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato, instalada na cidade paulista de Caraguatatuba. O segundo leva o gás até a Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas, em Macaé (RJ). O óleo produzido é transportado por meio de navios-aliviadores para terminais terrestres.

Etapa 2 - Realização de um conjunto de projetos que possibilitam a produção e o escoamento de petróleo e gás natural na região do pré-sal. Estão incluídos 12 sistemas de desenvolvimento da produção, além de 15 trechos de gasodutos marítimos. O óleo é transportado por meio de navios-aliviadores para terminais brasileiros ou para fora do Brasil, devido à exportação. O gás natural produzido nas plataformas vem sendo utilizado na geração de energia a bordo, exportado para terra através dos gasodutos Rota 1 e Rota 2, e parte é reinjetada nos reservatórios.



Fonte: Petrobras

OBS: Por decisão judicial, a Agência Nacional do Petróleo alterou de Lula para Tupi a denominação do campo com maior produção de óleo e gás do Brasil, em setembro de 2020.

Etapa 3 - Consiste na instalação e operação de um conjunto de plataformas e gasodutos no pré-sal. O Ibama emitiu a licença prévia e os próximos passos envolvem o atendimento das condicionantes dessa licença e o requerimento das licenças de instalação e operação de cada um dos 23 empreendimentos do projeto (11 de curta duração e 12 de longa duração). A previsão é de que permitam um crescimento superior a 500 mil barris por dia na produção de óleo e 16 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Libra - Este empreendimento visa obter informações para definir a melhor estratégia de desenvolvimento de toda a área através de sistemas definitivos. A Petrobras realizou um teste de longa duração e implantará quatro sistemas de produção antecipada para a obtenção de dados robustos e confiáveis.

Rota 2 - O projeto Rota Cabiúnas — conhecido como Rota 2 — foi implantado para ampliar o escoamento do gás natural. Encontra-se em operação desde 2016. Consiste de um gasoduto de 382 quilômetros de extensão que se inicia na área do pré-sal e segue até a unidade de tratamento em Macaé, onde o gás é processado e distribuído. Ao longo de todo o trecho marítimo, que se inicia em profundidades de 2.232 metros, existem sete pontos de espera, ou *hubs*, que permitirão futuras conexões.

Rota 3 - Também tem como objetivo ampliar o escoamento de gás natural. O gasoduto possui aproximadamente 355 km de extensão total, sendo 307 km referentes ao trecho marítimo e 48 km referentes ao trecho terrestre, e escoará gás natural até Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro. A chegada do gasoduto na costa ocorrerá no município de Maricá, na praia de Jaconé.

AGBS - A atividade de perfuração marítima da área geográfica da Bacia de Santos tem como objetivo descobrir novos campos, além de desenvolver, para produção, os campos já conhecidos. Ao final do processo de licenciamento, foi emitida pelo Ibama, em 2011, a licença autorizando a atividade de perfuração e completação (preparação do poço para a produção) de até 120 poços por ano dentro da AGBS, nos blocos onde a Petrobras é a operadora. Posteriormente, em 2019, essa licença foi renovada, autorizando a atividade de perfuração de até 80 poços por ano.

Mexilhão - O projeto consiste de uma plataforma de produção de gás natural e condensado de mesmo nome do campo — a Plataforma de Mexilhão — e seus gasodutos. Sua capacidade de produção é de até 15 milhões de m³/dia de gás natural e 20 mil barris/dia de condensado. A PMXL-1 está instalada a aproximadamente 145 quilômetros da costa de Caraguatatuba (SP), em profundidade de 172 metros. É considerado um projeto estruturante pois, além de produzir, viabiliza o escoamento de outras plataformas no pré e no pós-sal da bacia.

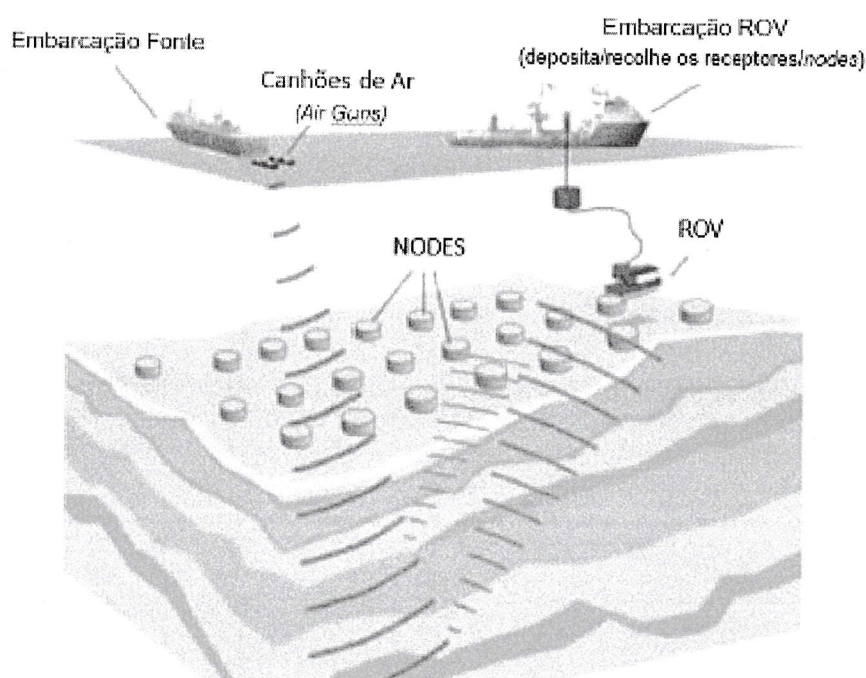
Piloto de Tupi - Está instalado no bloco BM-S-11, na porção central da Bacia de Santos, a cerca de 280 quilômetros da costa fluminense e em águas com profundidade de 2.200 metros. É realizado a partir de um navio-plataforma do tipo FPSO chamado de Cidade de Angra dos Reis, interligado a nove poços para a produção de óleo e gás natural. O óleo produzido é estocado no FPSO e periodicamente transferido para navios-aliviadores. Parte do gás natural produzido é usado na geração de energia para o navio plataforma, parte é reinjetado no reservatório de petróleo através de poços injetores e o restante é escoado por meio de um gasoduto marítimo, que liga o FPSO à plataforma de Mexilhão. A capacidade de produção diária do FPSO é de cerca de 100 mil barris de óleo e 4 milhões de m³ de gás natural.

Uruguá e Tambaú - O projeto foi desenvolvido para viabilizar a produção de petróleo e gás natural dos campos de mesmo nome, localizados na porção norte da bacia, a cerca de 160 quilômetros da costa fluminense. A produção de ambos os campos é feita por meio do FPSO Cidade de Santos, instalado em lâmina d'água de aproximadamente 1.300 metros. A capacidade de produção do navio-plataforma é de 25 mil barris de óleo e 10 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. O petróleo

produzido é escoado periodicamente para a costa por meio de navios aliviadores, enquanto o gás natural segue por meio de um gasoduto marítimo até a plataforma de Mexilhão.

Merluza - Em operação desde 1993, a plataforma de Merluza (PMLZ-1) produz nos campos de gás natural de Merluza e Lagosta. Instalada a cerca de 180 quilômetros da costa de Praia Grande (SP), Merluza é uma plataforma fixa e está em uma lâmina d'água de 131 metros. A produção de ambos os campos é escoada através de um gasoduto de 215 quilômetros de extensão que liga a plataforma até a unidade de gás natural localizada na refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP).

Pesquisa Sísmica Marítima - O levantamento sísmico busca informações sobre reservatórios de petróleo e gás natural. É como se fosse uma "ultrassonografia", visando encontrar ou monitorar estruturas com potencial para armazenar óleo e gás. Para realização das atividades, são utilizadas fontes sísmicas, equipamentos conhecidos como "canhões de ar", que emitem ondas sonoras, as quais penetram o subsolo marinho, são refletidas e captadas por receptores. Estes podem ser posicionados próximos à superfície da água, presos por cabos e rebocados pelos navios sísmicos. Esta tecnologia é chamada de *streamer* ou "com cabos". É possível também posicionar os receptores no fundo marinho, através das tecnologias Nodes de Fundo Oceânico (figura) e Monitoramento Permanente de Reservatório.



Fonte: Petrobras

A pesquisa sísmica pode ser utilizada em diversas etapas da atividade de petróleo e gás, seja para encontrar novas reservas, seja para avaliar a evolução dos reservatórios que já estão em produção. Para 2021, estava previsto o início das atividades em águas

profundas para 12 áreas com características semelhantes, a serem realizadas ao longo de cinco anos.

Bacia de Campos

Se o Brasil figura entre os maiores produtores de petróleo e gás *offshore*, muito se deve à Bacia de Campos, com mais de 40 anos de atividade. Do primeiro óleo aos dias de hoje, foram extraídos 14 bilhões de barris de óleo e gás. A região responde atualmente por cerca de 30% de toda a produção nacional e ainda há muito potencial a desenvolver.

A bacia ocupa uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, que vai do Espírito Santo, na altura de Vitória, até Arraial do Cabo, no litoral norte do Rio de Janeiro. A formação aconteceu há 100 milhões de anos, a partir do processo de separação dos continentes sul-americano e africano. Restos de organismos marinhos depositados no fundo do Oceano Atlântico, submetidos a variados níveis de pressão e temperatura, originaram reservas de petróleo e gás natural dentro de rochas porosas no subsolo submarino.

O primeiro campo com volume comercial descoberto foi Garoupa, em 1974, a 124 metros de profundidade. Em 1975, foi descoberto o campo de Namorado e, em 1976, o de Enchova, onde ocorreu o início da produção comercial *offshore*, no ano seguinte. Em 1984, foi descoberto o primeiro campo gigante em águas profundas, Albacora. Mais tarde, surgiram Marlim, Roncador, Barracuda e Caratinga. Outros campos de grande porte, Jubarte e Cachalote, foram descobertos na parte norte da bacia, no Espírito Santo.

A exploração das reservas é feita hoje por cerca de 280 poços produtores, aproximadamente 7 mil trabalhadores em diversas frentes de atuação e 25 plataformas marítimas, que operam tanto no pós-sal quanto no pré-sal. Um complexo petrolífero em alto-mar cuja vida útil ainda não terminou⁸⁰. Apesar de ser considerada tecnicamente uma bacia madura, pode sustentar sua produção nos próximos anos, a depender dos esforços para contornar o declínio natural da produção, aumentar o fator de recuperação dos campos e encontrar mais óleo.

Plano de ação

O plano da Petrobras para renovação da Bacia de Campos abrange desde a intensificação da exploração na camada pré-sal até a extensão dos prazos atuais de concessão.

Áreas adquiridas em leilões e descobertas no pré-sal – Entre 2017 e 2019, a Petrobras adquiriu 14 blocos exploratórios, com área total de 12 mil quilômetros quadrados. As partes mais promissoras estão na camada pré-sal. Já foram perfurados os prospectos de Naru e Tartaruga Verde, que identificaram a presença de hidrocarbonetos. A área de Urissanê começou a ser perfurada em outubro de 2020 e mais 20 poços exploratórios estão previstos para os próximos anos.

Implantação de três plataformas de produção – A Petrobras programou para 2023 a instalação de duas plataformas no campo de Marlim com capacidade de produzir,

80 - Publicado em novembro de 2020 em https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/5-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-renovacao-da-bacia-de-campos.htm?gclid=CiwKCAIwn8SLBhAvEiwaAHNTJb2pK9MGCusSik8ZW3ydd1Jb9qhrE-rhL63M6r2A6rM1PGQ5G152RoCN5MQAwD_BwE.

juntas, 150 mil barris de petróleo por dia, e uma unidade para o chamado Parque das Baleias, com potencial de produzir, sozinha, 100 mil barris.

Revitalização. A Bacia de Campos produz hoje 800 mil barris por dia de petróleo. Sem o esforço de revitalização, a produção não passaria de 300 mil barris. Para reverter a curva de declínio, a Petrobras investiu nos últimos 10 anos US\$ 53 bilhões, colocando em operação 269 poços, além de sistemas novos de produção.

Interligação de poços. A Petrobras prevê interligar mais de 100 poços aos sistemas de produção instalados. Esses projetos integram o desenvolvimento complementar dos campos em operação e preveem um aumento expressivo do fator de recuperação.

Ampliação dos prazos de contratos de concessão. A Petrobras tenta, junto à Agência Nacional de Petróleo, a ampliação do prazo de concessão dos campos de Espadarte (até 2039), Roncador, Barracuda, Caratinga e Jubarte (além de 2050).

Novos atores

De acordo com a Firjan, a concretização de desinvestimentos da Petrobras na Bacia de Campos abre o mercado de exploração de petróleo e gás para outras companhias, revelando um horizonte de oportunidades para a região⁸¹. Cinco empresas adquiriram 17 campos de petróleo, das quais quatro apresentaram planos de desenvolvimento com a injeção de pelo menos R\$ 13,2 bilhões.

A multinacional Trident Energy, com base em Macaé, arrematou 10 campos, com previsão de R\$ 5,6 bilhões de investimento. Também com base em Macaé, a multinacional franco-britânica Perenco assumiu três campos, onde prevê investimentos de R\$ 1,1 bilhão. A empresa pretende instalar uma plataforma flutuante de armazenamento e transbordo. Além dessas companhias, as operações na Bacia de Campos vão contar com as atividades da Petrorio, da BW Offshore e da Petronas.

A maior parte das atividades corresponde a campos maduros, que já passaram pelo auge da sua capacidade de produção, mas há também, por exemplo, o campo de Maromba, arrematado pela BW Offshore, que terá o primeiro óleo retirado em maio de 2022. Com infraestrutura instalada e reservatórios descobertos, os campos maduros oferecem a oportunidade de acesso a volumes remanescentes de óleo e gás com investimentos menores do que os campos novos.

GasLub

Aprimoramentos tecnológicos na extração e processamento trouxeram a oportunidade de expandir a indústria de gás natural e aumentar a participação desse combustível na matriz energética brasileira, notadamente para geração de energia elétrica. Além de desempenhar um papel relevante de complementação para sazonalidades e intermitências no setor elétrico, o gás natural pode ser usado como combustível de transição entre fontes mais poluentes e as energias renováveis⁸².

81 - <https://www.firjan.com.br/noticias/novos-atores-na-bacia-de-campos-devem-investir-mais-de-r-13-2-bilhoes.htm>. Publicado em maio de 2021.

82 - Empresa de Pesquisa Energética – EPE: “Integração energética das fontes na matriz brasileira e o papel do petróleo”.

O papel do gás natural na geração de energia elétrica com baixos níveis de emissões tende a ser fundamental no processo de crescimento da geração via fontes renováveis, por se tratar do combustível fóssil com a menor emissão de gases de efeito estufa e por garantir a estabilidade necessária ao sistema elétrico. No Brasil, por se encontrar predominantemente associado ao petróleo, o gás natural ganha um importante aliado na viabilização de sua produção devido ao maior valor comercial do petróleo⁸³.

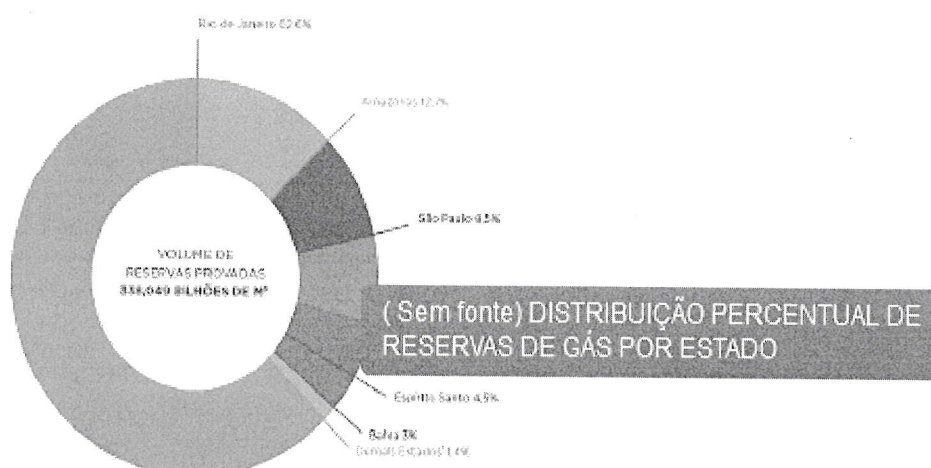
A Petrobras desenvolve o projeto do Polo GasLub Itaboraí, nas instalações originalmente destinadas ao Complexo Petroquímico (Comperj) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁸⁴. A âncora do polo será a unidade de processamento de gás natural conectada a um gasoduto (Rota 3) que transportará gás do pré-sal e que passará por Maricá antes de chegar a Itaboraí. Previsto para ser concluído em 2022, o projeto escoará e processará diariamente 18 milhões de metros cúbicos de gás.

A estatal também está avaliando a construção de uma unidade de produção de lubrificantes, a partir de interligações já existentes com a refinaria de Duque de Caxias (Reduc). Isso permitiria a produção de lubrificantes e combustíveis de alta qualidade a partir de produtos intermediários da refinaria. Também está sendo estudada a construção, em parceria com outros investidores, de uma térmica para geração de energia e que usaria o gás a partir da UPGN.

Os projetos têm caráter estruturante e podem representar oportunidades para que Itaboraí e os municípios vizinhos possam se beneficiar da geração termelétrica e da instalação de empresas que usam o gás natural como insumo. Engarrafadoras de gás liquefeito de petróleo (GLP), indústrias de cerâmica e vidro são alguns exemplos.

Historicamente a oferta de gás natural tem sido um elemento fundamental para desenvolvimento e instalação de indústrias de segunda e terceira gerações. O mercado de gás natural no Brasil está em processo de abertura e maior competição, com a entrada de novos agentes em todos os elos da cadeia e a saída da Petrobras dos segmentos de transporte e distribuição.

Gráfico 84: Distribuição percentual das reservas provadas de gás natural, segundo unidades da federação



83 - "Transição energética: substituição ou complementaridade". Anuário do Petróleo no Rio 2021.

84 - Anuário do Petróleo no Rio 2021.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

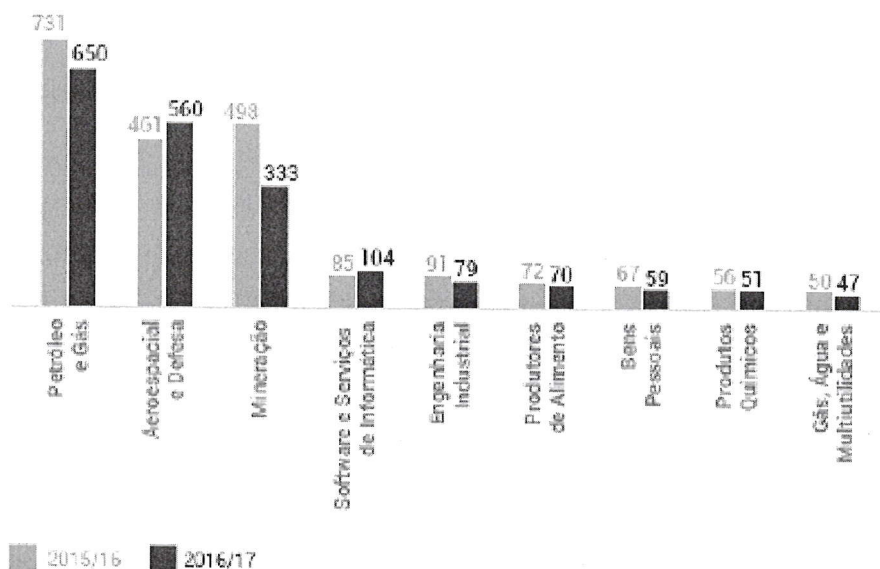
Fonte: Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2021) - ANP

Pesquisa, desenvolvimento e inovação

De acordo com um estudo colaborativo entre o Instituto Brasileiro de Petróleo e a consultoria Ernst & Young, o setor de petróleo e gás foi o que mais investiu em pesquisa, desenvolvimento e inovação entre as empresas brasileiras no período de 2015 a 2017. O nível de investimento posicionava o Brasil em 5º lugar no *ranking* de países que mais investem em PD&I nesse setor.

Gráfico 85: Índice de investimentos em PD&I no setor de petróleo e gás no Brasil

2015-2017, MILHÕES DE DÓLARES



Fonte: IBP e EY com dados do relatório "The 2017 EU Industrial R&D Investment Scoreboard".

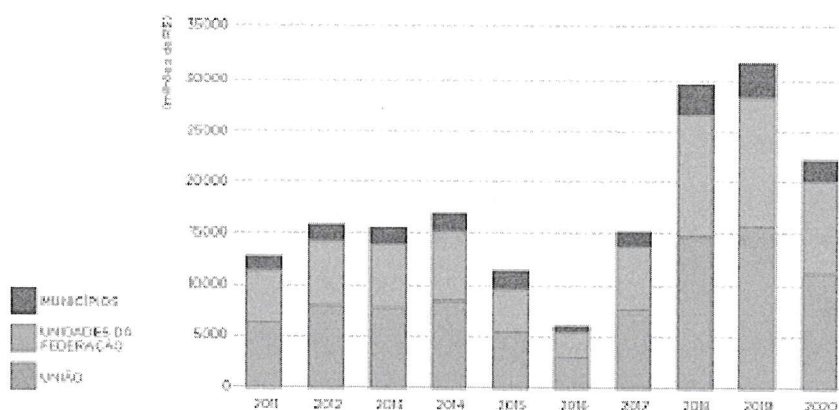
Impacto na economia estadual⁸⁵

O mercado de petróleo e gás contribui de forma significativa para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a destacar a geração de importantes montantes em *royalties* e participações especiais. O estado recebeu no primeiro semestre de 2021 o equivalente a 21% do total em *royalties* gerados nacionalmente. Nos seis primeiros meses de 2021, o montante arrecadado cresceu 37% em relação aos valores do ano anterior e já chega a 72,57% do arrecadado em 2019.

O mesmo também acontece para as participações especiais com relação aos valores pagos em 2021. O Rio de Janeiro recebeu mais de 32% do valor total das participações especiais do Brasil, além da média trimestral aumentar 32% do ano passado para o primeiro trimestre de 2021. É esperado que, até 2025, o estado arrecade mais de R\$ 75 bilhões em participações governamentais.

⁸⁵ - "Oportunidades a partir do petróleo no RJ", Anuário do Petróleo no Rio 2021.

Gráfico 86: Evolução da distribuição de participação especial sobre a produção de O&G segundo beneficiários (2011-2020)



Fonte: Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2021) - ANP

Esses resultados abrem uma oportunidade para a recuperação estrutural do estado, que pode, assim, proporcionar um retorno socioeconômico também para municípios e toda a população, fortalecendo a base industrial como forma de consolidar a geração de emprego formal e a criação de renda. Nesse contexto, educação e saúde também devem ter uma diretriz de resultado, com aumento de escolaridade e proficiência, bem como ampliação da população saudável e atendida.

Na vertente de empregos, o mapeamento de vagas no período entre fevereiro de 2020 a maio de 2021 mostra um aumento significativo na procura por profissionais técnicos. Ao analisar somente o mercado de petróleo, existe uma demanda clara por profissionais cada vez mais qualificados.

É esperado um valor de R\$ 50 bilhões em investimentos para atividades de abastecimento e E&P de petróleo e gás para os próximos três anos. Estima-se como resultado mais de 63 mil empregos diretos. Esses investimentos irão trazer benefícios diretos e indiretos para os municípios que abrigam os novos projetos, impulsionando a economia local e contribuindo para o desenvolvimento da região.

O arranjo produtivo de petróleo e gás no Norte Fluminense⁸⁶

Macaé se tornou, nas últimas décadas, o mais importante e dinâmico polo de crescimento econômico e populacional do interior fluminense, em razão da formidável oferta de empregos formais, muitos dos quais com remuneração mais elevada que a média dos outros municípios do estado. Esse fenômeno deve-se à formação do Arranjo Produtivo Local (APL) de petróleo e gás natural, desde o final da década de 1970, com a instalação da Petrobrás e da estrutura de apoio no município. O arranjo é altamente especializado, sendo liderado pelas atividades de 'extração de petróleo e gás natural' e das 'atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural'.

86 - "O arranjo produtivo local de petróleo e gás em Macaé: origem, evolução, impactos da crise do contrachoque de 2014 e perspectivas pós-crise". Romeu e Silva Neto e Robson Santos Dias. Publicado em setembro de 2021, nos Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, nº 20, Fundação Cepep.

O arranjo é formado por uma complexa teia de atividades de alta especialização tanto nas fases de exploração (sísmica 3D, perfuração de poços, transporte e aluguel de plataformas etc), quanto na fase de desenvolvimento da produção (colocação de árvores de natal, instalação de dutos de óleo e gás, *minifolds*, bombas elétricas, instalação de plataformas fixas e flutuantes, reparos navais, etc), que são executadas por empresas industriais e prestadoras de serviços. Além dessas atividades do núcleo da exploração e produção, o arranjo fomentou um extenso tecido de atividades de comércio de produtos industriais, assim como serviços de menor exigência tecnológica, como hotelaria e *catering*.

Entretanto, com o início da produção de petróleo na Bacia de Santos a partir do início da década de 2010, e com os efeitos do contrachoque do petróleo de 2014, o papel do APL tem passado por mudanças significativas. O estudo publicado pela Fundação Ceperj aponta para impactos negativos sobre a arrecadação e o mercado de trabalho local, especialmente, sobre os empregos de maiores exigências de treinamento técnico especializado de nível médio e superior, e que também eram os que pagavam maiores salários.

Macaé tornou-se conhecida como “a capital nacional do petróleo” em função de sediar empresas do setor de petróleo e gás que exploram a Bacia de Campos. A cadeia produtiva do petróleo e o crescimento populacional⁸⁷ impulsionado por ela impactaram outros segmentos econômicos como a indústria e os setores de comércio e serviços, incluindo o turismo de negócios, que se fortaleceram com o surgimento de *shoppings*, hotéis e restaurantes. Junto com o dinamismo da economia do petróleo, o recebimento de *royalties* e participações especiais aumentou a arrecadação total do município e sua capacidade de investimentos⁸⁸.

O bucólico balneário da década de 1970 tornou-se uma cidade média, de alta renda e relativamente sofisticada em termos de oferta de serviços urbanos. O incremento de funções urbanas só fez crescer desde então, dos quais destaca-se o implante de importante polo universitário público a partir da política de expansão das universidades federais, mas também de instituições de ensino superior privadas que se instalaram na cidade.

Em que pese o crescimento econômico, a cidade atraiu milhares de pessoas da região Norte Fluminense e de outras regiões do país, e grande parte dos migrantes não tinham qualificação profissional para encontrar trabalho na competitiva cadeia produtiva do petróleo e gás, gerando um aumento de pobreza nas periferias da cidade. A favelização é uma das partes mais importantes da urbanização macaense, que se fez acompanhar de aumentos críticos da violência urbana. A par desses graves problemas sociais, somam-se a piora dos índices de poluição ambiental e a saturação e a obsolescência da infraestrutura urbana, cujas soluções acontecem de forma bastante retardatária no tempo.

87 - Em estudo do IBGE publicado em 2018, identificou-se um arranjo populacional de nível médio na microrregião que engloba Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Carapebus e Conceição de Macabu, fato fundamental para compreender a dinâmica regional impulsionada pelo desenvolvimento do APL de petróleo e gás no município.

88 - Os *royalties* representam compensação financeira devida pelos concessionários ao proprietário da área onde ocorre a atividade de E&P a partir do início da produção comercial de cada campo. A participação especial, por sua vez, corresponde à compensação financeira extraordinária devida apenas nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.

Royalties e participações especiais beneficiaram diversos municípios, com destaque para Campos dos Goytacazes e Macaé, onde as receitas cresceram de forma acelerada até 2008, ano da crise do *subprime* americano. Naquele ano, Campos dos Goytacazes recebeu R\$ 2,7 bilhões e Macaé, R\$ 1,17 bilhão. Em 2009 e 2010, há uma queda da arrecadação, mas a partir de 2011, observa-se uma leve recuperação até o ano de 2012, quando então passam a apresentar um forte declínio até 2016, quando Campos passa a receber 18,7% da receita de 2008 e Macaé, 32,6%.

A partir de 2014, a cidade e a região foram acometidas pela crise do contrachoque do petróleo, motivada por fatores como as forças de oferta e demanda da *commodity*, os fatores geopolíticos, a financeirização do petróleo, as mudanças no marco regulatório do petróleo e a crise política no país. Tais fatores conjugados influenciaram a crise da Petrobras, das petroleiras e das para-petroleiras, obrigando-as a reduzir seus investimentos e escopos de atuação na cadeia produtiva e, por conseguinte, reduzindo sua capacidade como instrumento propulsor da política de conteúdo local do país e do desenvolvimento do município e da região (Azevedo e Silva Neto, 2021). Com a crise de 2014, o município foi um dos que mais perderam postos de trabalhos no Rio de Janeiro e no Brasil. Entre 2015 e 2017 o município perdeu mais de 30 mil empregos formais, dos quais recuperou cerca de 8 mil em 2018 e 2019.

Em 2017 e 2018, influenciada pela recuperação do preço do petróleo no mercado internacional e pela alta do dólar, observa-se uma recuperação das receitas em Campos dos Goytacazes e Macaé, mas em 2019 e 2020 voltam a cair. Cabe destacar que, a partir de 2019, pela primeira vez, Macaé passa a receber mais *royalties* e participações especiais do que Campos dos Goytacazes.

Também houve impacto na receita tributária do município de Macaé, base do APL de petróleo e gás natural, em especial na sua principal fonte de arrecadação, o Imposto sobre Serviços (ISS). Embora se observe um aumento na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), demonstrando um claro esforço fiscal do município, o ISS interrompe uma sequência de crescimento em 2015 e segue em queda até 2018, com leve recuperação em 2019.

A evolução dos marcos regulatórios e da política brasileira para a indústria de petróleo e gás natural nos próximos anos será determinante para a definição do lugar do arranjo produtivo. Associada ao fator precedente, existe a incerteza sobre os efeitos da reestruturação produtiva em curso no mundo com relação à matriz energética. Em vários países, em particular na União Europeia, deflaxa-se um processo de substituição de automóveis de motor a combustão por automóveis elétricos ou, pelo menos, híbridos, o que causará impacto na demanda internacional por petróleo.

VIII - CONCLUSÃO

Itaguaí tem uma população estimada em 134.819 habitantes, distribuídos em uma área total de 275,9 km², correspondentes a 3,7% da Região Metropolitana.

A estrutura administrativa municipal dispõe de 6.469 servidores, o que resulta em uma média de 48 funcionários por mil habitantes. O site oficial da prefeitura na internet oferece 14 de 19 tipos de serviços informativos e seis de 18 aspectos interativos pesquisados, além de possibilitar dois tipos de transação *online*.

Quanto ao saneamento básico, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento calcula em 71% o índice de atendimento total de água da população municipal e 0% o índice de tratamento do esgoto coletado. Com referência aos resíduos sólidos urbanos, Itaguaí integra o arranjo regional da Baía de Sepetiba e dispõe seus resíduos em aterro sanitário. A cobertura de mata atlântica abrange 31,96% do território municipal.

O ensino infantil, fundamental e médio de Itaguaí teve 28.928 alunos matriculados em 2020, uma variação de -0,6% em relação ao ano anterior. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a rede municipal não alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Na rede estadual, apenas os anos finais foram avaliados e não alcançaram a meta.

Em Itaguaí, a cobertura de atenção básica alcança 61% da população, os agentes comunitários de saúde atendem 19% e a saúde bucal beneficia 40%. Os leitos destinados à internação hospitalar no município somam 171.

Conforme a Relação Anual de Informações Sociais – Rais do Ministério da Economia, o município registra 25.590 empregos formais.

A receita total do município de Itaguaí foi de R\$ 671,66 em 2020, a 16ª do estado (em comparação que não inclui a capital). Suas receitas correntes estão comprometidas em 85% com o custeio da máquina administrativa. Em relação às receitas vinculadas ao petróleo, o município teve nelas 13% de sua receita corrente total, um montante de R\$ 623,59 por habitante no ano de 2020, 48ª colocação no estado. A carga tributária *per capita* de R\$ 1.653,07, é a 5ª do estado, sendo R\$ 297,49 em IPTU (13ª posição) e R\$ 1.132,26 em ISS (3ª lugar). A despesa total *per capita* de R\$ 4.526,75 é a 47ª do estado, contra um investimento *per capita* de R\$ 169,35, posição de número 47 dentre os 91 demais.

Um capítulo especial desta edição analisa a indústria do petróleo, preponderante na economia fluminense e com possibilidade de crescimento nos próximos anos, apesar de estar em curso um processo de transição para o regime de baixo carbono. Tal projeção baseia-se, entre outros fatores, na crescente produção de óleo e gás na plataforma continental, na recuperação dos preços, na dificuldade de substituição do petróleo como matéria-prima, na continuidade de seu uso como combustível e na limitação de sua participação na matriz energética brasileira, que já abriga quase 50% de fontes renováveis.

Nas páginas seguintes podem ser feitas análises comparativas dos desempenhos dos municípios através de tabelas que resumem alguns dos diversos indicadores apresentados no Estudo Socioeconômico de cada localidade.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Tabela A - Receitas totais e *per capita*, com indicadores

Município	Receita total (R\$ milhões)	Ranking da receita total	Receita <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da receita total <i>per capita</i>
Itaguaí	671,66	16	4.981,92	43

Tabela B - Despesas totais e *per capita*

Município	Despesa total (R\$ milhões)	Ranking da despesa total	Despesa <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da despesa total <i>per capita</i>
Itaguaí	610,29	18	4.526,75	47

Tabela C - Carga tributária *per capita* – total e rubricas

Município	Carga tributária <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da carga tributária <i>per capita</i>	IPTU <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do IPTU <i>per capita</i>	ISS <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do ISS <i>per capita</i>
Itaguaí	1.653,07	5	297,49	13	1.132,26	3

Tabela D - Despesa corrente *per capita* e comprometimento

Município	Despesa corrente <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da despesa corrente <i>per capita</i>	Comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Ranking do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa
Itaguaí	4.228,14	47	85%	72

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Tabela E - Investimento *per capita* e grau de investimento

Município	Investimento <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do investimento <i>per capita</i>	Grau de investimento	Ranking do grau de investimento
Itaguaí	189,35	47	3,40%	48

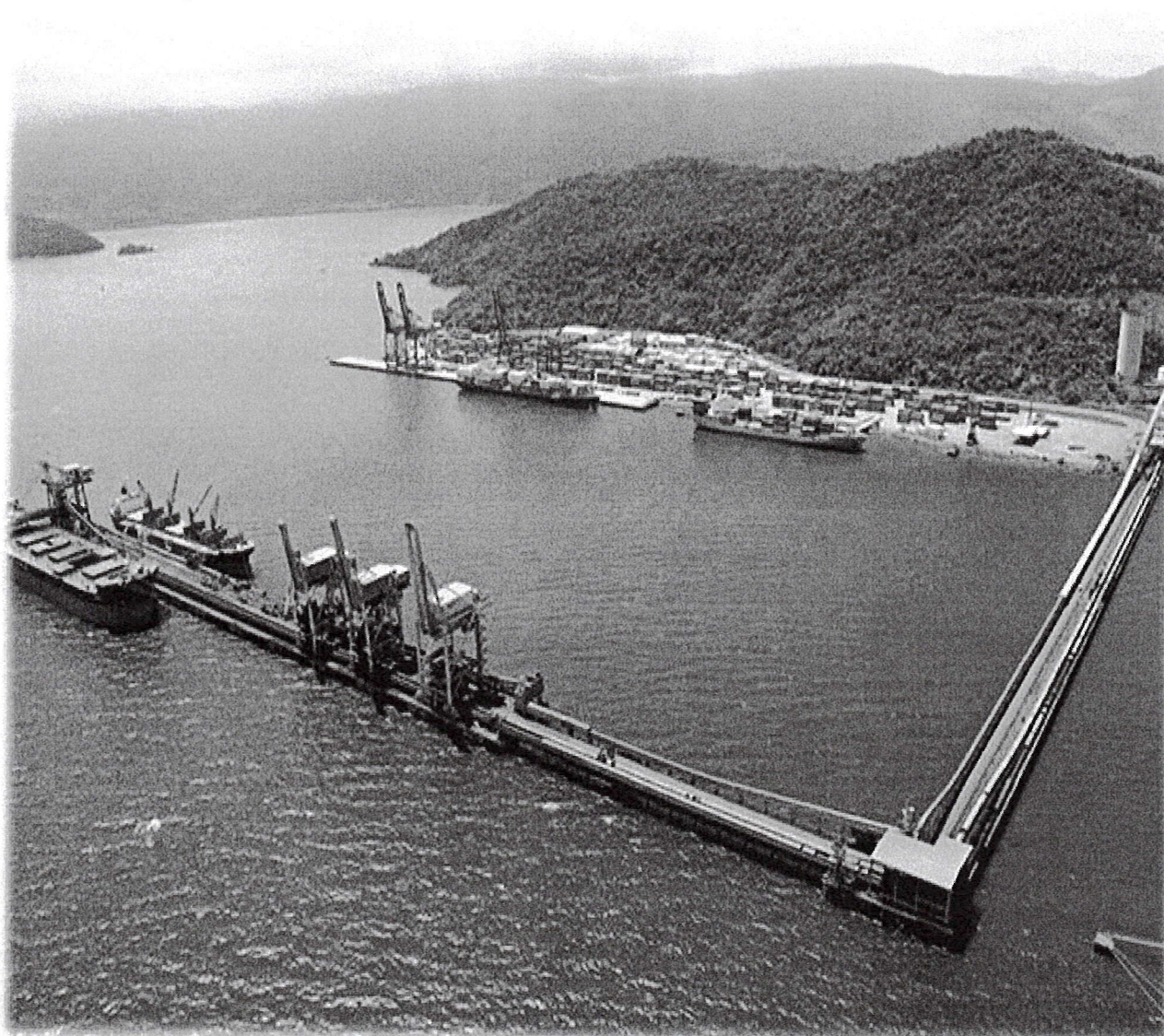
Tabela F - *Royalties* e dependência de transferências

Município	<i>Royalties</i> recebidos (R\$ milhões)	Ranking dos <i>royalties</i> recebidos	<i>Royalties</i> <i>per capita</i> (R\$)	Ranking dos <i>royalties</i> <i>per capita</i>	Grau de dependência de transferências e <i>royalties</i>	Proporção dos <i>royalties</i> na receita total
Itaguaí	84,07	16	623,59	48	50%	13%

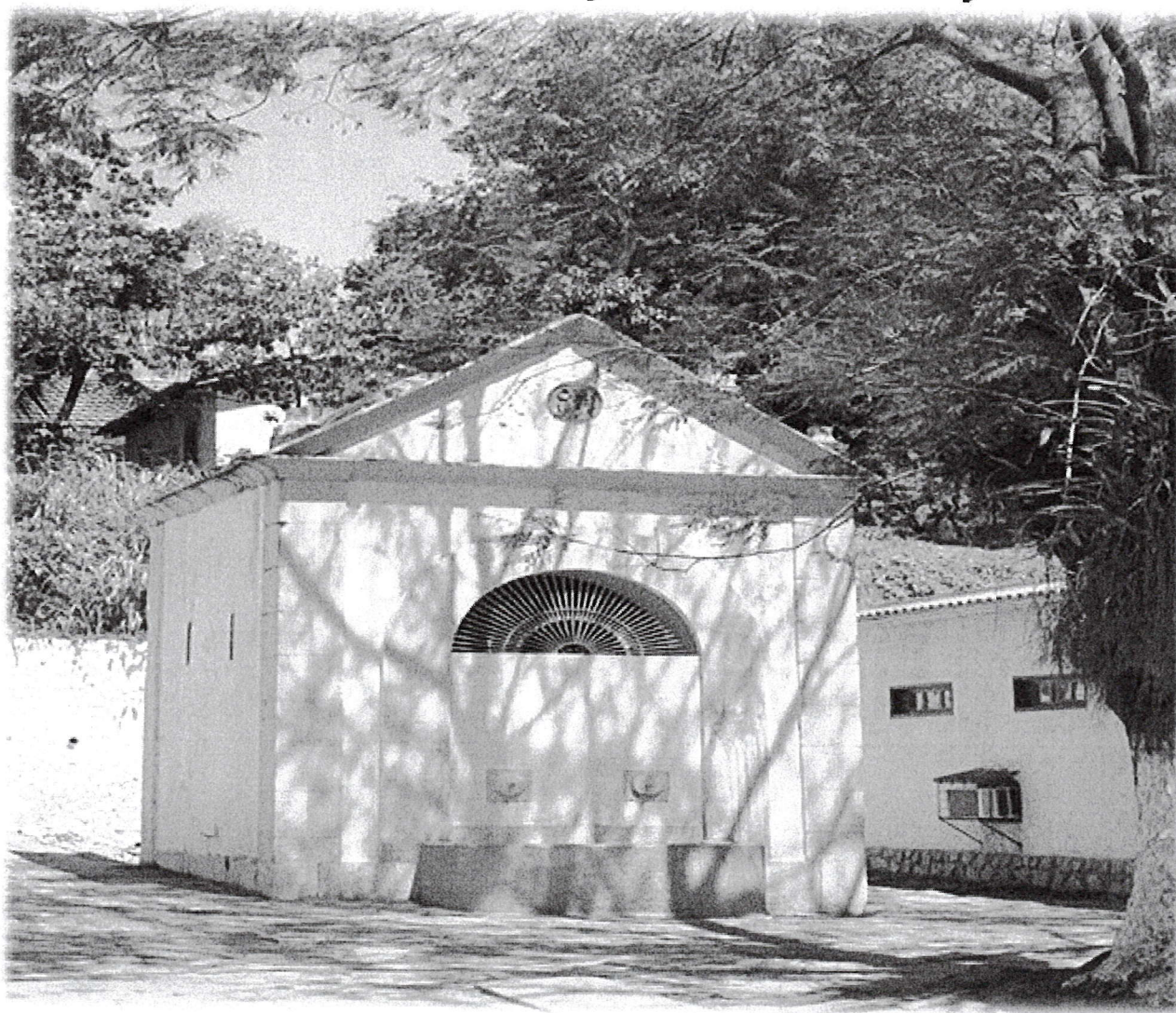
Plano Plurianual

2026-2029

ANEXOS



CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO



ÓRGÃO 02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO
ÓRGÃO 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Função: 02 - JUDICIÁRIA		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
062 - DEFESA DE INTERESSE PÚBLICO EM PROCESSOS JUDICIAIS		
	XXX - PROGRAMA DE ASSUNTOS JUDICIAIS	2.177 - SENTENÇAS E DECISÕES JUDICIAIS
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	XXX - PROGRAMA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	1.099 - MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 2.003 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	XXX - PROGRAMA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	

2.087 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
ÓRGÃO 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SMGOV)		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.184 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO 2.185 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PREFEITURA
	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS
ÓRGÃO 05 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
124 - CONTROLE INTERNO	077 - GESTÃO DA POLÍTICA INTERNA DE CONTROLE MUNICIPAL	2.010 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
ÓRGÃO 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SMA)		

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.011 - MANUTENÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO 2.485 - PAGAMENTO OBRIG. E CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO
ÓRGÃO 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO (SMOU)		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	085 - ADMINISTRAÇÃO COM QUALIDADE	1.062 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS 2.385 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SMOU 1.073 - FORMAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE PROFISSIONAIS 2.252 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE SERVIÇOS 1.120 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ
	344 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	

Função: 15 - URBANISMO			1.061 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
Subfunção			2.247 - MANUTENÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
			2.248 - MANUTENÇÃO CENTRO ADMINISTRATIVO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			AÇÃO
			341 - REDUZIR OS EFEITOS DAS ENCHENTES E ALAGAMENTOS NA VIDA DO CIDADÃO
			1.072 - AMPLIAR/CONSTRUIR/RESTAURAR/CONSERVAR RODOVIAS, ESTRADAS E PONTES VICINAIS
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
			339 - INFRAESTRUTURA URBANA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS
			1.064 - IMPLANTAR MELHORIAS DA MOBILIDADE URBANA
			1.070 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA/MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS
452 - SERVIÇOS URBANOS			
			343 - MANUTENÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA FÍSICA
			2.249 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM QUALIDADE
Função: 17 - SANEAMENTO			
Subfunção			AÇÃO
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
			340 - SISTEMA SANITÁRIO
542 - DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS E CÓRREGIOS			1.069 - OBRAS/AMPLIAÇÕES/INTERVENÇÕES/CONSULTORIA/VIABILIZAÇÃO DE PROJETOS

358 - REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO MAR E DE ÁREAS RURAIS			2.415 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PERTINENTES A DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS E CÓRREGOS
Função: 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO	
812 - DEPORTO COMUNITÁRIO			
	342 - INFRAESTRUTURA ESPORTIVAS		1.078 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS
ÓRGÃO 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	567 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		2.759 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA SAÚDE 2.635 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS UNIDADES 2.636 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 2.131 PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS 2.432 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 2.133 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FMS 2.141 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

301 - ATENÇÃO BÁSICA	568 - GESTÃO PATRIMONIAL	XXXX - ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE - OCA
		XXXX - CONCURSO PÚBLICO
		XXXX - SUS DIGITAL
		XXXX - HOSPITAL DO OLHO
		XXXX - EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS
	513 - CONSTRUÇÃO / REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE	2.626 MANUTENÇÃO, RESTAURAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
		1.166 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA MATERNIDADE MUNICIPAL
		1.185 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, ADAPTAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, ESPECIALIZADA E HIMSFX
		XXXX - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO CENTRO DE IMAGENS
196 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE		2.069 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS
		2.195 SAÚDE BUCAL DA FAMÍLIA
		2.146 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO PROGRAMA DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
		2.304 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
		2.486 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA
		2.487 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA
		2.723 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO ACALANTAR
		2.639 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL

577 SAÚDE COM AGENTE	2.634 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DANT)
207 - SAÚDE ESCOLAR	2.113 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA
576 RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE FAMÍLIA	2.637 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.140 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLAR
563 - HOSPITAL MUNICIPAL SÃO FRANCISCO XAVIER	2.633 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE
	XXXX - SERVIÇOS DE BIÓPSIAS PARA DIAGNÓSTICAR PATOLOGIAS DE ALTA COMPLEXIDADE
	2.764 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HIMSFX
	2.147 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
	2.029 AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAIS
	2.030 AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICOS HOSPITALARES
	2.640 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL
611 - PROGRAMA CASA DO AUTISTA	2761 - INTEGRAR A PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA SOCIEDADE E AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EXISTENTES
578 CENTRO DE HEMODIÁLISE	2.638 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE
572 PROGRAMA DE PROMOÇÃO À EQUIDADE	

564 - REDE DE URGÊNCIA - SAMU	2.627 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO AO PROGRAMA DE PROMOÇÃO A EQUIDADE
084 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H	2.151 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA/SAMU
565 - ATENDIMENTO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS, FONOAUDIOLOGIA E FISIOTERAPIA	2.036 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H (UPA)
502 - PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL	2.488 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO MÉDICO DE ESPECIALIDADES
573 - REDE CREDENCIADA AO SUS	2.555 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES DE FONOAUDIOLOGIA E FISIOTERAPIA
XXX: CASA DE SAÚDE DA MULHER	2.199 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROG/ATEND/ACOMP PSICOSSOCIAL
XXX: CENTRO DE TRATAMENTO DE LESÕES, FERIDAS CRÔNICAS E OSTOMIZADOS	2.143 ENCARGOS C/ PRESTADOR DE SERVIÇO DE SAÚDE REDE CREDENCIADAS AO SUS
230 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	XXXX - PROGRAMA MAIS MÉDICOS ESPECIALISTAS - PMAE
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	XXXX - CASA DE SAÚDE DA MULHER
	XXXX - CENTRO DE PARTO NORMAL
	XXXX - LESÕES E FERIDAS
	2.139 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
	2.150 FARMÁCIA BÁSICA

304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	575 - DEMANDAS JUDICIAIS EM SAÚDE	2.152 AQUISIÇÕES DE MATERIAIS P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
	208 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		2.136 COORDENAÇÃO CONTROLE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PRODUTOS E SERVIÇOS
	209 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE (EPIDEMIOLÓGICA, TRABALHADOR E AMBIENTAL)	
	216 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA DE IST/AIDS	2305 MATUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		2.138 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA IST / AIDS
	250 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.142 COMBATE AS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS
542 - CONTROLE AMBIENTAL		
	360 - COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS	2.419 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DESCARTES
ÓRGÃO 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (SMAS)		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO (UNIDADE 15.01) - SECRETARIAMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	Subfunção	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	PROGRAMA	
	079 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SMAS	

246 - SEGURANÇA DE RENDA	586 - IMPLANTAR UNIDADES DE SERVIÇOS	2.300 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SMAS
		2.654 - CONSELHO TUTELAR
		2.724 - CONSELHOS MUNICIPAIS
		2.670 - AÇÃO SOCIAL
		1.181 - IMPLANTAR CENTRO-DIA
		1.182 - IMPLANTAR CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS)
		1.183 - IMPLANTAR UNIDADE DO CONSELHO TUTELAR
		1.184 - IMPLANTAR EQUIPAMENTO PÚBLICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (EPSAN)
	587 - PROGRAMAS E PROJETOS DA SMAS	2.656 - MOEDA SOCIAL
	591 - DIREITOS HUMANOS	2.662 - AÇÕES DE INCENTIVO AO PROTAGONISMO DE JOVENS E ADULTOS
593 - POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL		2.663 - AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS A REFUGIADOS E MIGRANTES
		2.665 - AÇÕES DE INTEGRAÇÃO SUAS E SISA
		2.657 - PROGRAMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
612 - AÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.779 - PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
	Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL (UNIDADE 15.02) - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção		PROGRAMA
		AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		

243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	613 - AÇÕES DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.766 - GFAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
		2.767 - IGD SUAS - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS
		2.768 - IGD PBFC - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
		2.769 - CAS - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL/CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	614 - AÇÕES DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.770 - PIS/PCF - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
	615 - PROGRAMAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.691 - GBE - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS 2.739 - PROCAD SUAS - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS X.XXX - BPC NA ESCOLA (PSB/PSE)
245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	616 - PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.780 - BPSB - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 2.781 - BPSE/MAC - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.740 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL X.XXX - PROTEÇÃO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO SUAS (PSE) X.XXX - AEPETI (PSE) X.XXX - ACESSUAS TRABALHO (PSB)

ÓRGÃO 15.03 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	604 - GESTÃO DAS FERRAMENTAS E DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.005 - MANUTENÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO CMDCA 2.445 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FMCA 2.748 - CAMPANHA PRÓ-FUNDO DO DCA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E FIDELIZAÇÃO DE PARCEIROS
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.749 - CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS, TRABALHADORES E DEMAIS PROFISSIONAIS COMPROMETIDOS COM PROMOÇÃO, A DEFESA E A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
243 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	263 - PROGRAMA SOCIAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	2.701 - CELEBRAR AJUSTES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS, COMO TAMBÉM FIRMAR PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, COM A FINALIDADE PRECÍPIA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 2.751 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, DIAGNÓSTICOS, MAPEAMENTO E ANÁLISES 2.752 - PROGRAMAS E PROJETOS QUE ATENDAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, TAIS COMO: EM SITUAÇÃO DE RUA, DROGADIÇÃO, VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL, FÍSICO E PSICOLÓGICO, ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL 2.753 - ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL DOS EQUIPAMENTOS DOS SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

2.771 - FOMENTAR E APOIAR AÇÕES E PROGRAMAS VOLTADOS AS MEDIDAS SOCIO EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO		
2.772 - PROGRAMA DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA		
2.773 - CAPACITAÇÃO E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL À JOVENS E ADOLESCENTES		
2.774 - DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS E DAS AÇÕES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE POR MEIO DO CMDCA E DO FMCDA		
2.775 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL		
388 - PROGRAMA DE ACOLOHIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
2.491 - FAMÍLIA ACOLHEDORA		
2.492 - AUTONOMIA E PROTAGONISMO JUVENIL		
2.719 - INCENTIVO A GUARDA E ADOÇÃO		
2.776 - AÇÕES DE INSENTIVO AO FORTALECIMENTO E AUTONOMIA, RESPONSABILIDADE, DAS ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA		
UNIDADE 15.04 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	0384 - GESTÃO DAS FERRAMENTAS E DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE	
		2.725 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDPCD
		2.726 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO CMDPCD
		2.727 - CAMPANHA PRÓ-FUNDO DO DPCD PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E FIDELIZAÇÃO DE PARCEIROS
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

0058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		2.742 - CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS, TRABALHADORES E DEMAIS PROFISSIONAIS COMPROMETIDOS COM PROMOÇÃO, A DEFESA E A GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE
242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA		
0385 - POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE		2.741 - CELEBRAR AJUSTES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS, COMO TAMBÉM FIRMAR PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, COM A FINALIDADE PRECÍPIA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
		X.XXX - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
UNIDADE 15.05 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
386 - GESTÃO DAS FERRAMENTAS E DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		2.743 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDPI
		2.744 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO CMDPI
		2.745 - CAMPANHA PRÓ-FUNDO DO DPI PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E FIDELIZAÇÃO DE PARCEIROS
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		
058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		2.747 - CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS, TRABALHADORES E DEMAIS PROFISSIONAIS COMPROMETIDOS COM PROMOÇÃO, A DEFESA E A GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	387 - POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	2.746 - CELEBRAR AJUSTES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS, COMO TAMBÉM FIRMAR PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, COM A FINALIDADE PRECÍPUA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA
		X.XXX - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
ÓRGÃO 17 - SECRETARIA DE GABINETE		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	X.XXX - MANUTENÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO DA SMPOR
ÓRGÃO 21 - ITAPREVI		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.452 - MANUTENÇÃO DOS PAGAMENTOS E ENCARGOS COM PESSOAL
		2.450 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

2.453 - CONTRATAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIAS		
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
		2.451 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ITAPREVI
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		
	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	
		2.087 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO - ITAPREVI
Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		
	181 - APOSENTADORIAS E PENSÕES DO RPPS	
		2.202 - MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
	10 - ENCARGOS ESPECIAIS	
		2.447 - PAGAMENTO DA DÍVIDA DO PASEP
		2.448 - PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Função: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.449 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
999- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
ÓRGÃO 22 - CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ		
FUNÇÃO: 01 - LEGISLATIVA		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	001 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	2.127 - ENCARGOS COM DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 2.172 - ENCARGOS COM BOLETIM DE DIVULGAÇÃO 2.173 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PLENÁRIO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	001 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	2.170 - ENCARGOS COM DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

2.174 - MANUTENÇÃO E OPERC. DA SECRETARIA DA CÂMARA		
2.175 - ENCARGOS COM PROCESSAMENTO DE DADOS		
2.178 - ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR		
2.179 - ENCARGOS COM AUXÍLIOS FINANCEIROS		
ÓRGÃO 23 - CIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAGUAÍ		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.192 - MANUT/OPERAC DA CODUITA
Função: 15 - URBANISMO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
452 - SERVIÇOS URBANOS	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.030 - REVITALIZAÇÃO/INFRAESTRUTURA URBANA
ÓRGÃO 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS (SMEVE)		

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.386 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EVENTOS 2.116 - EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA 2.200 - EVENTOS E FESTIVIDADES NO MUNICÍPIO
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS
ÓRGÃO 31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA		
Função: 26 - TRANSPORTE		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	059 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PERTINENTES A TODOS OS MODAIS DE TRANSPORTE XXX - OPERACIONALIZAÇÃO LOGÍSTICA PARA APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE	2.470 - MANUT E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES X.XXX - IMPLEMENTAÇÃO DA LOGÍSTICA DE APOIO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

451 - INFRAESTRUTURA URBANA		059 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PERTINENTES A TODOS OS MODAIS DE TRANSPORTE
		2.129 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES
		2.602 - MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL
		UNIDADE 31.03 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Função: 26 - TRANSPORTE		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	580 - IMPLANTAÇÃO, FINANCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS INERENTES AOS SISTEMAS DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO	2.645 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FMT
453- TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	580 - IMPLANTAÇÃO, FINANCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS INERENTES AOS SISTEMAS DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO	1.172 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE
		ÓRGÃO 32 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E LIMPEZA URBANA

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	542 - GESTÃO DE QUALIDADE	1.137 - IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO
		1.138 - CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA BASEAR POSTOS DE ATENDIMENTO
	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.604 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
		2.605 - MANUTENÇÃO PREDIAL
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		2.606 - LOCAÇÃO DE VIATURAS
	544 - ORDENAMENTO COSTEIRO	2.607 - IMPLEMENTAR CURSOSTÉCNICOS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAIS
		2.608 - FOMENTAR A PESCA ESPORTIVA NO PERÍODO DE DEFESO, POSSIBILITANDO A GERAÇÃO DE RENDA EXTRAÀQUELES QUE VIVEM DA ATIVIDADE PESQUEIRA
		2.609 - PROMOVER AÇÕES CONJUNTAS ENTRE OS MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO ARQUIPÉLAGO QUE COMPOEM A BAÍA DE SEPETIBA
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		2.610 - IMPLEMENTAR A BRIGADA AMBIENTAL
	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.032 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS
Função: 11 - TRABALHO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
334 - FOMENTO AO TRABALHO		

543 - VALOR VERDE		1.141 - IMPLANTAR AGÊNCIA DE COLETA DE RESÍDUOS E EMISSÃO DE RECURSO NA FORMA DE MOEDA SOCIAL
067 - INCENTIVO A NOVOS EMPREENDIMENTOS		2.603 - CADASTRAMENTO DE AMBULANTESE CAPACITAÇÃO E GESTÃO DE NEGÓCIOS, VISANDO FOMENTAR O MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL - MEI
Função: 15 - URBANISMO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
452 - SERVIÇOS URBANOS	359 - GERENCIAMNETO DE RESÍDUOS	2.418 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 1.139 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 1.140 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DA LIMPEZA E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONJUNTO DE ILHAS SOB A JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ
ÓRGÃO 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.425 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SMDES
124 - CONTROLE INTERNO	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	

128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	IMPLANTAÇÃO DE UM SOFTWARE DE GESTÃO ERP
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	087 - DESBUROCRATIZAR O PROCESSO DE REGISTRO EMPRESARIAL.	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS
	088 - ESTUDO ECONÔMICO DE OPORTUNIDADES DE NEGOCIOS	1.074 - DIVULGAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DAS EMPRESAS (CARTILHA DO INVESTIDOR)
	091 - PARTICIPAR DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.253 - DIVULGAÇÃO DO REGIN
		2.254 - PESQUISA/ CENSO ECONÔMICO
		2.255 - ESTUDO ECONÔMICO
		2.257 - FOMENTAR E PARTICIPAR DE FORUMS REGIONAIS DANDO ENFASE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
		2.260 - SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
		2.362 - COMITÊ DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE ITAGUAÍ
Função: 11 - TRABALHO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
333 - EMPREGABILIDADE	094 - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO DA MDO LOCAL NO MERCADO	2.265 - FORMALIZAR CONVENIOS COM MUNICIPIOS DA REGIÃO VIABILIZANDO CAPTAR RECURSOS DO FAT

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

334 - FOMENTO AO TRABALHO	2.266 - CONVENIOS COM UNIVERSIDADES, ESCOLAS TÉCNICAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO VOLTADOS A CAPACITAR MDO LOCAL		
	2.382 - IMPLEMENTOS DO SINE		
	2.429 - QUALIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO DA MDO LOCAL NO MERCADO		
	056 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA		
	1.090 - CRIAÇÃO DO MERCADO POPULAR		
091 - PARTICIPAR DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE FOMENTO		
	ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
	Função: 19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
	Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
	572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	090 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	
Função: 22 - INDUSTRIA	1.076 - IMPLANTAÇÃO DE UM PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COM PARCERIA DE GRANDES EMPRESAS		
	Função: 22 - INDUSTRIA		
	Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
	661 - PROMOÇÃO COMERCIAL	089 - PROMOVER E INCENTIVAR A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS.	
	1.075 - VIABILIZAR E IMPLANTAR NOVOS DISTRITOS INDUSTRIAIS E ZPE		
Função: 23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.259 - IMPLANTAÇÃO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL		

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	089 - PROMOVER E INCENTIVAR A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS. 2.383 - ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIO INDUSTRIAIS/COMERCIAIS/SERVIÇOS	
	362 - ESTABELECEER POLÍTICAS DE APOIO ÀS MPE'S E AO MEI	1.094 - CRIAÇÃO DE BANCO DE FORNECEDORES 2.364 - INCREMENTO DA CASA DO EMPREENDEDOR 2.366 - EVENTOS COMERCIAIS DE APOIO DE APOIO ÀS MPE'S 2.372 - TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPES E AO MEI 2.428 - POLÍTICAS DE APOIO À MPES E AO MEI
ÓRGÃO 36 - GABINETE DO PREFEITO		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.105 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

ÓRGÃO 38 - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.430 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
ÓRGÃO 41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	069 - AGROECOLOGIA ESCOLAR	2.220 - INST/MANUT DAS HORTAS E GALINHEIROS NAS UNIDADES ESCOLARES 2.616 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OFICINA DE ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA
	383 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SMAP E CDP	2.466 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SMAP 2.467 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CDP

350 - PROJETO EQUOTERAPIA	2.018 - CAPACITAÇÃO/ TREINAMENTO PARA SERVIDORES 2.651- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICO NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SMAP 2.477 - MANUTENÇÃO DO PROJETO EQUOTERAPIA
514 – EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA	2.482 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICO
548 - SELO AMIGO PET	2.619 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO AMIGO PET
549 - PROJETO ACOLHER	2.620 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO ACOLHER
584- DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE A POBREZA	2.648 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À POBREZA 2.649 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DO ARTESÃO E CENTRO DE PRODUÇÃO E EXPOSIÇÃO 2.650 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MERCADO PRODUTOR 1.186- PROJETO DE ACELERAÇÃO AS ATIVIDADES COMERCIAIS E SOCIECONÔMICA
583 - AGRO COZINHA DO PRODUTOR RURAL	2.652 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AGRO COZINHA
617- HORTAS COMUNITÁRIAS E COMPOSTAGEM	2.777- INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS E COMPOSTAGEM

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS
Função: 17 - SANEAMENTO			
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO	
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL		351 - PROJETO SAÚDE RURAL	2.778 – UNIDADE INDIVIDUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO
Função: 18 – GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO	
542- CONTROLE AMBIENTAL		518 - PLANO DE GERENCIAMENTO COSTEIRO	1.144- IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO COSTEIRO E MONITORAMENTO PESQUEIRO DA BAIÁ DE SEPETIBA
		547 - DESASSOREAMENTO DOS CANAIS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO EM ÁREAS RURAIS	

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

543-RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS			2.618 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CANAIS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO EM ÁREAS RURAIS
550 -PROGRAMA AGROFLORESTA			2.621 - RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM ÁREAS RURAIS
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO	
602 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	353 - INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	1.108 - IMPL/ESTRUT DO SERV DE INSP MUNIC DE PROD DE ORIG ANIMAL E VEGETAL	
	519 - ESTRUTURAÇÃO E APOIO A PESCADORES E AQUICULTORES DE ÁGUA DOCE E MARINHA	2.481 -CAPACITAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E APOIO A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA E AQUÍCOLA	
	346 - ESTRUTURAÇÃO, MANUTENÇÃO E APOIO A CADEIA AGROPECUÁRIA E TURISMO RURAL	2.478 - CAPACITAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E APOIO A CADEIA AGROPECUARIA E TURISMO RURAL	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA			

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

347 - PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRONEGÓCIO RURAL	2.479 - REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES E EVENTOS AGROPECUÁRIOS
348 - MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA	2.399 - MODERN/MANUT DOS SERVIÇOS DA PATRULHA AGRÍCOLA E IMPLEMENTOS 1.062- CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO
357 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE RECEPÇÃO, BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO DA PESCA E REPARO DE EMBARCAÇÃO	1.115 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CAIS 1.116 - CONST DE UNID DE BENEFICIAMENTO E/OU COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADOR
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	
349 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA SANIDADE VEGETAL E ANIMAL	2400 - VACINAÇÃO DO REBANHO, CONTROLE PRAGAS/VETORES E ORIENT SANITÁRIAS

UNIDADE 02 - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E PESCA

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.628 - MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E PESCA
ÓRGÃO 43 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DEFESA CIVIL E TRÂNSITO (SMS PDT)		
Função: 04		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.475 - MANUTENÇÃO DA SUBSECRETARIA DE TRÂNSITO 2.476 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
	111 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	2.336 - DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS
182 - DEFESA CIVIL	111 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	2.335 - SERVIÇO DE 24HS

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Função: 06		2.337 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PROTEÇÃO COMUNITÁRIA (NUPDEC)
Subfunção		2.424 - MANUTENÇÃO DA SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PROGRAMA		AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
065 - SEGURANÇA TOTAL DE ITAGUAÍ		
		2.021 - MANU/OPERAC DA GUARDA MUNICIPAL
		2.332 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROEIS
		1.114 - AQUISIÇÃO DE VIATURAS
052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		2.473 - MANUT E OPERAC DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL E TRÂNSITO
ÓRGÃO 44 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Função: 01 - CULTURA		
Subfunção		AÇÃO
PROGRAMA		
391 - PATRIMONIO ARTISTICO HISTORICO E ARQUEOLÓGICO		
540 - IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS ARTÍSTICOS, HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS		
		1.055 - IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL
		1.121 - IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO MEMÓRIA CULTURAL
		1.056 - CAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS E ACERVOS CULTURAIS
		2.554 - REFORMA DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

392 - DIFUSÃO CULTURAL

307 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA

- 2.546 - MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - CULTURA
- 2.314 - MANUTENÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE CULTURA
- 2.312 - MANUTENÇÃO / OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA
- 2.242 - APOIO E FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS
- 2.244 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE CULTURA
- 2.547 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CULTURA TECNOLÓGICA MUNICIPAL
- 2.313 - MANUTENÇÃO / OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
- 2.548 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO (CPDOC)
- 2.549 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO BECOS CULTURAIS
- 2.550 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO LIVRO SOBRE RODAS
- 2.551 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO FEIRA CULTURAL DE ITAGUAÍ - FCULTI
- 2.552 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A ARTE E CULTURA
- 2.553 - OFERTA DE TRANSPORTE PARA A CULTURA

539 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS

- 2.241 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL
- 2.245 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA
- 2.326 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CASA DE CULTURA
- 2.461 - MANUTENÇÃO / OPERACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA DE DANÇA
- 2.462 - MANUTENÇÃO / OPERACIONALIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
- 2.463 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE ARTES E CULTURA
- 2.464 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PRAÇA CEUS - CENTRO DE ARTES E DE ESPORTES UNIFICADOS

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

579 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO URBANO CULTURAL DE ARTES, CIÊNCIA E ESPORTES		
2.644 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO URBANO (CULTURAL DE ARTES, CIÊNCIAS, ESPORTES E ACOLHIMENTO)		
45 - SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	052 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
		2.782 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SMMU
Função: 14 - DIREITOS DA CIDADANIA		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		
	592 - POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL	
		2.664 - CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENÇÃO À MULHER (CEAM)
47 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO		
SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
	533 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO	
		2.012 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
		2.509 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.510 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
	2.511 - PDTI/ REGIMENTO INTERNO	
	2.512 - PLANO DE CONTINGENCIA DE NEGOCIOS - PCN	
	1.163 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
	2.629 - MANUTENÇÃO / OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
	2.630 - GESTÃO DE GOVERNANÇA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
	534 - CIDADE INTELIGENTE	
	2.514 - CIDADE DIGITAL	
	2.631 - CIDADE INTELIGENTE	
	574 - PARQUE TECNOLÓGICO MUNICIPAL	
058 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.164 - CRIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO MUNICIPAL	
	1.165 - PROJETO ITATECH - Ilhas do Saber	
	2.018 - RECICLAGEM E TREINAMENTO	
Função: 24 - COMUNICAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL		

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

545 – COMUNICA ITAGUAÍ		2.612 – PROMOVER A CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO
		2.613 – PROMOÇÃO DAS AÇÕES E DAS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO EM DIVERSOS MEIOS
		2.614 – AMPLIAÇÃO TÉCNICA E ESTRUTURAL QUE COMPREENDAM MANTER A POPULAÇÃO INFORMADA
ÓRGÃO 48 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	302 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.049 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO		
Subfunção	PROGRAMA	AÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	302 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.518 - MANUTENÇÃO DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL 2.033 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO 2.055 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS 2.641 - FORMAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
361 - ENSINO FUNDAMENTAL		